MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (especificar o número do ato do órgão de controle interno, se houver)

Natal – RN
2011

MÁRIO MOACIR DE ALMEIDA
SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUTO EM EXERCÍCIO

VIVIANE MOURÃO DUTERVIL
CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL

LEILIANNE DUARTE GURGEL D'ÁVILA
CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

MAX VICTOR BEZERRA BARBOSA
CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO

JOSÉ LEONARDO GUEDES
CHEFE DA DIVISÃO DE OBTENÇÃO DE TERRAS

JOÃO MARIA CÂMARA BEZERRA
CHEFE DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

EQUIPE DE COORDENAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

LEILIANNE DUARTE GURGEL D'ÁVILA
Asseguradora de Planejamento e Controle

JAILSON VICENTE DA SILVA
Contador

JOÃO LINO DE OLIVEIRA SOBRINHO
Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário

MANOEL NETO SOUZA
Engenheiro Agrônomo

ANA LUCIA FERNANDES CAMPOS
Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário

GILTON BEZERRA DE GÓES
Engenheiro Agrônomo

LUIZ ALVES FRANCO
Orientador de Projetos

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário

ANDRÉ GARCIA BRAGA
Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário – Antropólogo

ÉRLON FERNANDES GUILHERME
Fiscal de Cadastro e Tributação Rural

VAMILSON FREIRE FONTES
Desenhista

SUMÁRIO

PARTE A – CONTEÚDO GERAL 9

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual 9

2. Objetivos e metas institucionais 10

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas. **10**

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais. .. Erro! Indicador não definido.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária **11**

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento **12**

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento **13**

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa **17**

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade **19**

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais 19

Principais Ações do Programa 19

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária 19

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais 25

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária 28

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária 32

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa 34

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária 35

Principais Ações do Programa 35

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento 35

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento 37

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol 37

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento 41

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária 43

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária 45

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas 48

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa 51

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas 41

Principais Ações do Programa 53

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural 53

2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural 56

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional 57

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais 59

2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas 61

2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas 62

2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa 63

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário 64

Principais Ações do Programa 64

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação 64

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo 66

Principais Ações do Programa 66

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas 67

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola 69

Principais Ações do Programa 70

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos. 70

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos....72

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo 73

Principais Ações do Programa 73

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo ....

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social ....

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária....73

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa 75

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura 76

Principais Ações do Programa 76

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados 77

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa....80

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo 83

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade 83

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro 85

2.4.1. Programação Orçamentária da Despes**a**....86

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias .... **Erro! Indicador não definido.**

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes.... **Erro! Indicador não definido.**

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital.... **Erro! Indicador não definido.**

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência**Erro! Indicador não definid**

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa....86

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa....88

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação....88

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação....89

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação 92

2.4.2.4. Análise Crítica 94

2.4.3. Indicadores Institucionais 96

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos 103

3.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos 103

3.2 Análise Crítica .....

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores. 104

4.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores **104**

4.2 Análise Crítica **104**

5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade 105

5.1 Composição do quadro de servidores ativos **105**

5.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010 105

5.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010 106

5.1.3 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010 106

5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas **107**

5.2.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010 107

5.2.2 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010 107

5.3 Composição do quadro de estagiários **108**

5.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos **108**

5.4.1 Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010 108

5.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços **109**

5.5.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva 109

5.5.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra 110

5.5.3 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra 111

5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos..... Erro! Indicador não definido.

6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência 112

6.1 Transferências efetuadas no exercício.....**114**

6.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**Erro! Indicador**

6.1.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios 114

6.1.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.....115

6.1.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.....115

6.1.6 Análise Crítica.....119

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010...... **Erro! Indicador não definido.**

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.....121

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....122

9.1 Estrutura de controles internos da UJ.....**122**

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras......124

10.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....**124**

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como "Bens de Uso Especial", de propriedade da União ou locado de terceiros......126

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial **126**

11.1.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união**Erro! Indicador não d**

11.1.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros**Erro! Indicador não defin**

11.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ**Erro! Indicador**

11.1.4 Análise crítica:.....126

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....127

12.1 Gestão de TI da UJ.....**127**

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal......129

14. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento......130

15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....**130**

15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....

15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....

15.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.....

17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício......131

Parte B - Informações Contábeis da Gestão.....132

18. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e odemonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão. 132

19. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6). ..... **Erro! Indicador não definido.**

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA.....133

20. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações: 133

21. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.**Erro! Indicador não defini**

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1 Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário			**Código SIORG**: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do Rio Grande do Norte			
Denominação abreviada: SR/19			
Código SIORG: 17125	**Código LOA:** 49201		**Código SIAFI:** 373046
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			**Código CNAE:** 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	84	(84) 4006-2122	(84) 4006-2136
Endereço eletrônico: www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Rua Potengi, 612, Petrópolis, CEP 59020-030, Natal/RN			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
1970 – Decreto Lei Nº 1.110 – Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
2006 – Decreto Lei Nº 5.735 – Aprova a Estrutura Regimental do INCRA			
2006 – Portaria Nº 69/06 – Aprova o Regimento Interno do INCRA			

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
373046	Superintendência Regional do Rio Grande do Norte

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
37201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
Não tem	Não tem

2 Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é a instituição governamental que tem como missão implementar a Política Nacional de Reforma Agrária – PNRA no Brasil, seguindo suas diretrizes Constitucionais e respeitando o disposto nas Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, Lei 4.504 – 30, de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e demais normativos que regulamentam as ações implementadas.

No Estado do Rio Grande do Norte, através da Superintendência Regional do Rio Grande do Norte, o objetivo do trabalho desenvolvido pelo INCRA, ao longo do exercício de 2010, foi gerir os programas relativos a todas as missões e objetivos finalísticos do PNRA. Além disso, estabeleceu-se como objetivo estratégico que a consecução dos objetivos estivessem afinados com qualidade na gestão dos recursos e com o processo de fiscalização/acompanhamento das ações.

Ao longo de 2010, o INCRA, na SR-19, buscou consolidar ações e programas (como o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, por exemplo), otimizar a gestão dos recursos (implementando as novas ferramentas de controle gerencial dos recursos), promover parcerias (e acompanhar/fiscalizar as existentes) que contribuíssem com a ampliação do acesso a bens e serviços a um maior número de beneficiários do PNRA (Convênios, Termos de Parceria/Cooperação, Contratos de Repasse, Contratos), otimizar o sistema de controle e informação internas (através do Serviço de Planejamento/Comunicação Institucional), implementar as modificações legais e de formato no âmbito dos programas (Formato de contrato dos Serviços de Assistência Técnica; novas estratégias controle sobre os Contratos de prestação de serviços), além do encerramento dos Convênios em aberto, que foi uma das prioridades da Gestão de 2010, em obediência à Portaria que constituiu o Grupo de Trabalho dos Convênios no âmbito do INCRA.

A ampliação do quadro de técnicos, a demanda por capacitação, o aperfeiçoamento dos sistemas de comunicação processual, interpessoal (interno), cadastral, de monitoramento das ações são desafios que se projetam para a continuidade dos trabalhos no âmbito do INCRA-SR/19 com vistas a uma melhoria na qualidade da realização da Política de Reforma Agrária no Rio Grande do Norte.

2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÁS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária – SR-19/RN, ao longo do exercício de 2010, implementou seu plano de trabalho com ações de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, de Cartografia, de Georreferenciamento e Regularização de Imóveis Rurais e de Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescente de Quilombola, Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescente de Quilombos.

O Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural para cumprir as metas previstas, teve como dificuldades a indisponibilidade de servidores com qualificação para executar o trabalho de análise cadastral. Para contornar essa deficiência, usamos como estratégia, a qualificação para esse trabalho, de uma servidora da Prefeitura Municipal de Mossoró – Chefe da UMC – Unidade Municipal de Cadastro, com o devido respaldo em Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica, analisado e aprovado pela Procuradoria Especializada Federal.

O Serviço de Topografia tem a especialidade de prestação de serviço as demais divisões da Superintendência e as causas solicitadas pela justiça. Tendo-se observado dificuldade na disponibilidade de aparelhos GPS de precisão para aferição de certificação de imóveis rurais, solicitada por proprietários e vindos da fiscalização de contratos para demarcação de lotes em Projetos de Assentamentos.

Para Georreferenciamento e Regularização de imóveis rurais foram adotados, em exercício anteriores, a modalidade de Convênios com o Órgão de Terras do Estado, em nosso estado a SEARA, com o objetivo de levantamento topográficos e cadastral dos imóveis rurais localizados nos municípios de Touros e Pureza, nos municípios atingidos pelo canal do Rio São Francisco e pelos municípios banhados pela bacia do Rio Piranhas e Mossoró. A SEARA apresentou dificuldades na execução dos trabalhos limitando os resultados, tanto de georreferenciamento, quanto de Regularização. A mudança de Governo do Estado, em

meados de 2010, com mudança em toda a equipe de Recursos Humanos da SEARA, também, motivaram atrasos na emissão de títulos de terra e no trabalho de cadastramento dos imóveis.

É necessário lembrar que os procedimentos para a titulação de territórios quilombolas ainda encontram-se em fase de discussão e construção institucional dada a sua recente introdução na pauta governamental para garantia dos direitos constitucionais quilombolas. Dessa forma, como em 2010 alguns processos de titulação alcançaram fases nunca antes implementadas por esta UJ, necessitaram de padronização dos seus procedimentos, tendo em vista que as situações na realidade são muito heterogêneas e muitas vezes não encontram resolução na norma legal.

Sendo assim, em 2010 as atividades de competência do Setor de Regularização de Territórios Quilombolas (Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescente de Quilombola; Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos) – pela natureza do processo de titulação de territórios quilombolas, que consiste em um conjunto de procedimentos e atividades muito complexo, com sucessivas etapas encadeadas entre si – não tiveram implementação prática de acordo com o planejado devido ao surgimento de dúvidas acerca dos procedimentos durante o processo. Por outro lado, o grande volume de informações geradas das discussões dos procedimentos propiciou a construção de um fluxo e a padronização de procedimentos que será extremamente benéfica para as situações semelhantes no futuro.

2.2. Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

Este programa tem por objetivo a democratização do acesso à terra de forma a permitir o atendimento da demanda social. A Obtenção de Terras é uma das principais ações desenvolvidas através deste Programa.

No estado do Rio Grande do Norte, a estratégia de ação tem se pautado em duas vertentes: a obtenção de áreas rurais por meio de desapropriação de terras com vistas à implantação de assentamentos de trabalhadores rurais e a retomada de lotes vagos e conseqüente substituição de famílias.

No tocante à ação de obtenção, é importante salientar que vem ocorrendo relativa redução do volume de terras obtidas através dos mecanismos onerosos. De outro lado, o incremento e a priorização cada vez maior das ações de qualificação dos assentamentos vem proporcionando um melhor direcionamento de recursos para estas ações em detrimento da obtenção.

Por sua vez, a retomada de lotes vagos além de se constituir numa ação moralizadora, possibilita a inclusão de um grande contingente de novas famílias ao Programa de Reforma Agrária, as quais acessam em condições favoráveis, vez que já dispõem de moradia e da infraestrutura básica já ofertada ao assentamento.

As ações inerentes ao meio-ambiente, também merecem destaque na estratégia adotada pela Divisão de Obtenção de Terras. No ano de 2008 foi firmado com o Ministério Público Federal um Termo de Ajustamento de Conduta, o qual estabeleceu metas licenciamento até o ano de 2011, o qual esta Superintendência vem cumprindo em sua íntegra.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Pelas informações prestadas neste relatório de gestão anual (exercício 2010), destacamos de modo resumido as ações desenvolvidas pela Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos no estado do Rio Grande do Norte, destacando assim, as seguintes ações:

TERRA SOL

Neste programa destacamos a construção de um galpão, o qual foi licitado no final de 2009, sua execução só iniciou em 2010, orçado em R$ 125.403,47, para abrigar uma unidade extratora de biodiesel no assentamento Rosário, beneficiando 250 famílias.

A necessidade de construção deste galpão surgiu a partir da condição estabelecida pela Petrobrás para sessão dos equipamentos da unidade extratora de biodiesel e, conseqüentemente, formalização de parceria entre empresa e a Associação de trabalhadores do assentamento Rosário. Esta parceria é muito importante na geração de empregos e renda para moradores do assentamento.

Outra ação desenvolvida no exercício de 2010 foi à continuidade as ações objeto do Convênio com o Instituto de Assessoria à Cidadania e ao Desenvolvimento Local Sustentável – IDS, que tem como perspectiva de beneficiar 1.764 (um mil e setecentas e sessenta e quatro) famílias assentadas através de elaboração de Planos de Negócios e Projetos Executivos, bem como pela realização de feiras de agronegócios nas diferentes regiões do estado do RN, em busca de sistematizar e impulsionar a comercialização de produtos de diversos assentamentos do Rio Grande do Norte.

PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO (AUTO-SUFICIÊNCIA) DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA (PAC)

Antes de adentrar nas ações no âmbito do Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-suficiência) de Projetos de Reforma Agrária (PAC), historicizamos que a Superintendência Regional do INCRA no RN conta com 10 (dez) convênios vigentes no âmbito deste programa, os quais foram prorrogados no final do exercício de 2010 até junho de 2011.

Nesta esteira, informamos que apesar de haver previsão orçamentária de recursos para serem repassados às convenentes no âmbito desta SR, este repasse ficou prejudicado devido a falta de apresentação/aprovação de prestações de contas de parcelas anteriores, conforme aduz a Instrução Normativa nº 01/1997 (instrumento que rege os referidos convênios).

As ações desenvolvidas no âmbito do no exercício de 2010 constituíram-se basicamente no acompanhamento de 01 (um) desses convênios que se encontra em plena execução, devido ter apresentado e aprovado as prestações de contas relativas às primeiras parcelas.

INFRAESTRUTURA

As ações de Infraestrutura relativas ao exercício de 2010 se deram através do acompanhamento/fiscalização da execução de convênios, como no caso do Convênio CRT/RN/13.000, celebrado entre o INCRA e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, a figura do assegurador coaduna com as ações executadas pela Convenente no sentido do acompanhamento e fiscalização dos serviços pactuados, assim, chegamos ao final do presente exercício com o montante de aproximadamente 88 % de ações executadas, havendo inclusive ações a serem concluídas no exercício de 2011.

Outra grande ação desenvolvida ao longo deste exercício foi à elaboração e acompanhamento da parceria firmada através de Termo de Cooperação entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, através da mediação desta Superintendência Regional, e a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais – CPRM, (conforme poderá ser verificado no processo n° 54330.000711/2009-18), tendo como objeto a implantação / revitalização de sistemas de abastecimento de água em 42 (quarenta e dois) projetos de assentamentos do Rio Grande do Norte, abrangendo 3.129 (três mil, cento e vinte e nove) famílias, ação que continua em execução no exercício de 2011, onde teve vigência prorrogada até o mês de setembro de 2011.

Também citamos a parceria firmada com o Departamento de Estradas e Rodagens do RN - DER, que visa a recuperação de estradas vicinais, garantindo assim, uma melhor infraestrutura básica para as famílias assentadas nas regiões atendidas poderem escoar sua produção.

DEMARCAÇÃO TOPOGRÁFICA

As ações deste exercício se resumiram na assinatura de contrato, no montante de R$ 444.378,47 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e setenta e oito reais e quarenta e sete centavos), que atenderá diretamente a 878 (oitocentos e setenta e oito) famílias em ações a serem executadas no exercício de 2011. As respectivas ações foram objeto do contrato assinado em 16/11/2010, com vigência de 04/01/2011 a 01/09/2011, tendo seus recursos assegurados por força dos empenhos de números 2010NE900455 e 2010NE900456.

No que pertine as ações executadas por esta Superintendência Regional em 2010, registramos que ações foram contratadas em 2008, sendo executadas parte no exercício de 2009 e parte no exercício de 2010, motivo pelo qual se explica a utilização do recurso como GAP.

TITULAÇÃO

Os resultados alcançados pela ação titulação, no exercício de 2010, no âmbito da Superintendência Regional do Rio Grande do Norte foram bastante otimistas, já que foram produzidos 264 documentos titulatórios, sendo 245 Contratos de Concessão de Uso e 19 Títulos de Domínio, porém, foram computados somente 191, já que apenas estes completaram o ciclo processual, e os demais foram encaminha para DDA-2 (Incra/Sede), já que apresentaram inconsistências, carecendo serem revisados pelo setor competente, o que culminou com o cancelamento de parte destes títulos apresentados.

PRONERA

No exercício de 2010 não houve metas para o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONERA) no âmbito da SR/19, porém, a equipe do Programa procedeu acompanhamento aos convênios firmados em 2005 e ainda vigentes, cujos objetos eram a oferta de curso de Pedagogia da Terra (CRT/RN/Nº 89.000 e CRT/RN/Nº 98.000), em parceria com a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – duas turmas, totalizando 156 alunos – e o curso de Enfermagem concomitante com Ensino Médio (CRT/RN/Nº 91.000), em parceria com a Escola de Enfermagem de Natal/EEN, instituição ligada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), planejado para beneficiar 36

alunos.

Além das ações citadas, foram implementadas atuações no sentido de finalizar o convênio CRT/RN/Nº 39.000/2006, cujo objeto era, em parceria com a UFRN, ofertar o curso de Pedagogia da Terra. O referido convênio fora distratado pelas partes e a Universidade propôs junto ao INCRA retomar as atividades através de Termo de Cooperação. No entanto, apesar de todos os esforços empreendidos, o curso de Pedagogia da Terra, em decorrência da morosidade dos procedimentos burocráticos, não teve suas atividades retomadas através do mencionado instrumento.

As ações implementadas durante o ano de 2010, portanto, foram de fiscalização e acompanhamento dos mencionados convênios, através de visitas *in loco* para acompanhar os estudantes durante o tempo-comunidade e o tempo-escola; reuniões com as coordenações dos cursos e reitorias das universidades com o objetivo de resolver entraves; mobilização dos alunos com vistas na retomada das atividades do curso que vinha sendo ofertado através do convênio CRT 39.000/2006 e continuaria através do supracitado Termo de Cooperação; participação nas cerimônias de conclusão do curso de Enfermagem; participação de reuniões do Conselho Estadual de Educação do Campo.

ATES

As ações do exercício de 2010 foram provenientes de contratos firmados nos exercícios de 2008 e 2009, sendo os recursos dessa ação utilizados no acompanhamento e fiscalização desses contratos administrativos. Lembramos que no exercício de 2010 haviam 13 contratos formalizados oriundos de três processos de licitação, sendo um ocorrido em 2008 e dois em 2009.

As citadas ações foram objeto de contratos renovados em fevereiro de 2010 para execução de mais um ano de assistência técnica, porém, conforme já mencionado, por problemas na documentação dos profissionais da empresa contratada, os contratos foram suspensos e depois cancelados no final do referido exercício.

Paralelo aos processos informados, foram realizados outros dois processos licitatórios para contratação de serviços de Assistência Técnica, que ocorreram no final do exercício de 2009, o qual ensejou mais a contratação de mais 08 (oito) empresas para execução de ações em 10 (dez) lotes.

Para o exercício de 2011 espera-se a contratação para a execução de assistência técnica através de realização de Chamada Pública, conforme aduz a Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010.

CRÉDITO INSTALAÇÃO

Dentro da Ação de Concessão de Crédito Instalação para as famílias assentadas temos diversas modalidades de crédito que são aplicados nesta Superintendência do Rio Grande do Norte: Crédito Aquisição de Material de Construção, Crédito Apoio Inicial, Crédito Adicional do Semi-árido, Crédito Fomento, Crédito Recuperação/Materiais de Construção e Crédito Apoio Mulher.

Os valores de cada modalidade de crédito para a formulação da Programação Orçamentária 2010 encontram-se discriminados na Instrução Normativa Nº 54/2009, sendo a operacionalização do crédito regulamentada pelas Normas de Execuções Nº 79/2008 e 86/2009.

Estava previsto o repasse à conta das associações e aplicações do Crédito (indiferentemente quanto à modalidade aplicada) para atender 1.198 (um mil e cento e noventa e oito) famílias, entretanto, a Superintendência Regional atendeu apenas 857 (oitocentos e cinqüenta e sete) famílias, destacando que o contingenciamento de recursos durante o exercício de 2010, influenciou direta e negativamente no cumprimento da meta estabelecida.

Cabe ressaltar que o volume dos empenhos liquidados com recursos do Orçamento 2010 não foi tão expressivo, isso tem a ver com o esforço da Superintendência para liquidar os empenhos do exercício de 2009.

Com relação à execução de 99,99 % dos empenhos emitidos, como se apreende foram empenhados quase que a totalidade dos recursos recebidos. É importante frisar que ainda foi possível no exercício em comento a complementação do Crédito Recuperação, advinda das alterações ocorridas na Norma de Execução Nº 86, de novembro de 2009, ou seja, possibilitou ser complementadas, mesmo com as obras já tenham iniciadas.

Assim, a Superintendência Regional no exercício de 2010 iniciou a complementação do Crédito Recuperação para as associações comunitárias que já tinham iniciadas as obras de reformas das casas nos Projetos de Assentamento, o que também contribuiu o elevado percentual de Crédito empenhado.

2.2.4 - Divisão de Gestão Administrativa

Prosseguindo com o modelo de gestão adotado no âmbito dessa Superintendência Regional, notadamente a partir de 2009, a Divisão de Administração continuou racionalizando

seus gastos em 2010, mediante a utilização preponderante do pregão eletrônico na quase totalidade dos procedimentos para aquisição de bens e serviços necessários à manutenção da autarquia.

Em 2010, esta superintendência permaneceu com a meta de redução do consumo de energia elétrica e colheu, também, o fruto da aquisição feita no ano anterior dos aparelhos de ar condicionado (*splits*) que consomem menos energia, além de uma economia considerável quanto à manutenção corretiva dos aparelhos antigos que necessitavam constantemente de peças de reposição. Realizamos novos pregões eletrônicos, buscando selecionar a proposta mais econômica, segura e eficiente, para serviços de apoio administrativo, técnico e operacional; limpeza; manutenção das viaturas; bem como para os serviços de telefonia fixa e móvel, longa e curta distância. Por meio de uma disputa justa entre os interessados, sem olvidar os princípios que norteiam o instrumento da licitação, obtivemos bons resultados: contratos com prestação de serviço satisfatória e preços vantajosos, a maioria, inclusive, inferiores ao do ano anterior. Desse modo, foi possível a economia no âmbito destes contratos, podendo-se citar, como exemplo, a considerável redução nos gastos com telecomunicações. Em função de uma maior concorrência no pregão realizado, houve uma queda estimável no valor do preço da ligação por minuto, reduzindo, em média, pela metade o valor mensal com telefonia fixa, aliado à medida adotada desde 2009 de restrição de ligações de longa distância e para celulares aos ramais das chefias, gabinete do superintendente, setor de contratos/licitações/pregoeiro e comissões disciplinares.

Outrossim, reduzimos os valores pagos a título de locação de veículos, no final do exercício, haja vista o recebimento de dois veículos novos diretamente do INCRA/SEDE. Entretanto, devido à elevada demanda de deslocamento dos servidores das áreas finalísticas para atender as metas de implantação e desenvolvimento dos diversos projetos de assentamento e dos serviços de demarcação de lotes e cadastro rural, dentre outros sob nossa alçada, prorrogamos por mais um ano dois dos três contratos de locação, sendo mantido o mesmo valor da contratação inicial. Buscando, ainda, a redução de gastos, esta superintendência buscou a conscientização dos servidores com relação à economia de energia elétrica, de papel, de copos plásticos e à adequada utilização dos equipamentos que lhe são disponibilizados, freando, assim, o excesso nos gastos nestas áreas.

No exercício de 2010, esta divisão empenhou-se significativamente nas ações necessárias para a mudança da sede desta superintendência, a fim de garantir um ambiente mais aprazível para os servidores executarem as tarefas institucionais desta autarquia. Houve, como ponto de partida dos trabalhos, a aprovação final do layout dos ambientes da nova sede.

Definiu-se como prioritária a medida referente à infra-estrutura de rede de dados estruturada, iniciando-se projeto de rede lógica, o qual foi acompanhado e fiscalizado por comissão designada através da Ordem de Serviço nº 01/2010; de rede elétrica estabilizada, incluindo aquisição de rede wireless, de *nobreaks* 10 *Kvas* e de estabilizadores de grande porte; e de telefonia, com aquisição de central telefônica e telefones IP. Desenvolveram-se ações quanto à acessibilidade do prédio; à energia elétrica, contratando subestação de energia; e à montagem dos espaços, com aquisição de mobiliário e divisórias. Iniciou-se, ainda, o projeto do sistema de condicionamento de ar e do de segurança com câmeras IP.

Quanto aos convênios celebrados por esta Superintendência, informamos que o levantamento preliminar realizado em 2009 acerca da situação de cada um deles, ocasionou a constituição do grupo de trabalho (GT) através da Ordem de Serviço n° 972010/INCRA/SR-19/G, cuja conclusão consta da análise crítica relativa ao item 6.2 do presente relatório de gestão.

Diante do exposto, esta Divisão de Administra priorizou a redução de gastos através da otimização e eficiência de suas ações, evitando assim o cometimento de excessos na execução de sua missão institucional.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.[1]

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

[1] Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP.

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
221	631	A	3	Familia	719	794	105%	0

Fonte: SIR, 2010 e PO 2010.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
63.437,00	31.914,00	29.361,00	92%	27.795,21	87,09%	27.795,21	87,09%

Fonte: SIAFI 31/01/2011

Os resultados alcançados com a Ação Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária estão diretamente relacionados com a disponibilidade de terras para obtenção (onerosa) e com a retomada de lotes em projetos criados (obtenção não onerosa).

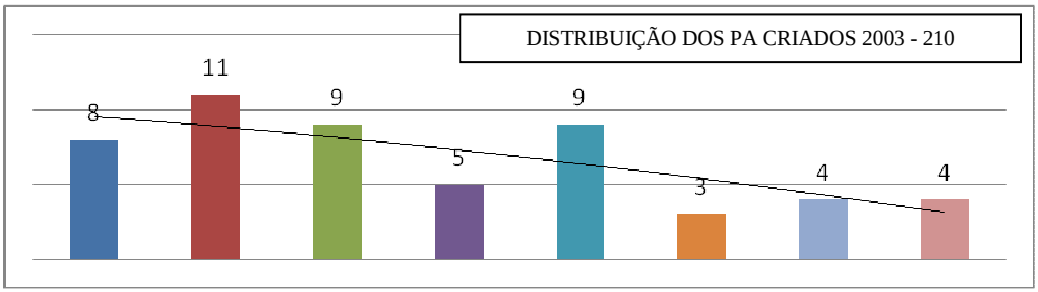
No Estado do Rio Grande do Norte, a disponibilidade de terras para obtenção, via desapropriação por interesse social, para fins de Reforma Agrária, ou por Aquisição, vem obedecendo a uma curva de declínio muito acentuado, a exemplo do que demonstram os gráficos 1, 2 e 3 (referentes ao período 2003-2010), haja vista o significativo número de projetos de assentamento já criados (284), restando áreas menos passíveis de desapropriação,

nas condições de médias propriedades, grandes propriedades produtivas ou sem o potencial agronômico para a criação de projetos de assentamento. Em face disso, e considerando que, até 2009, a meta para obtenção costumava ter, como base, a média histórica (contemplando momentos de maior disponibilidade de terras), não acompanhando, por conseguinte, a real tendência na dinâmica de obtenção de terras no estado; depreende-se que a meta alcançada em 2010 deve ser considerada excelente, mormente por todos os esforços utilizados para a sua consecução e por ter excedido, no âmbito da ação, a meta programada em 10,43%, contemplando a Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela SR/19, apenas 87,09% do Empenho Liquidado.

PA CRIADOS / ANO:	Nº. PA:	ÁREAS DESAPROPRIADAS	FAMÍLIAS ASSENTADAS:
2003	8	8.629	378
2004	11	29.718	1697
2005	9	25.149	888
2006	5	14.369	302
2007	9	19.557	529
2008	3	6.131	193
2009	4	2.391	147
2010	4	3.211	138
TOTAL	53	109.155	4.272

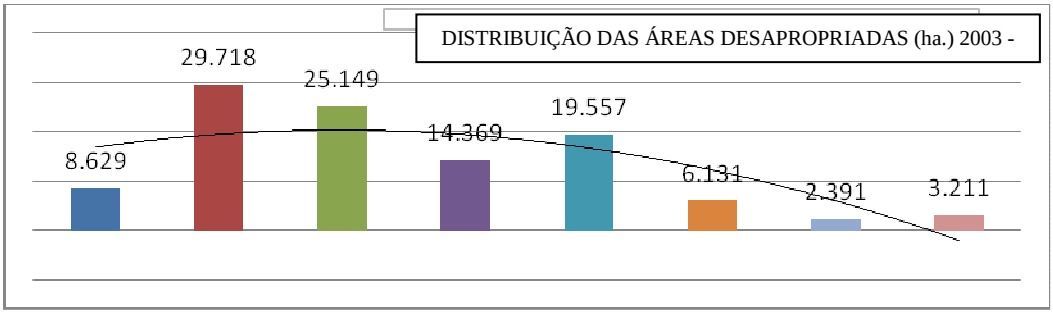
Fonte: SIPRA, 2010

GRÁFICO 1



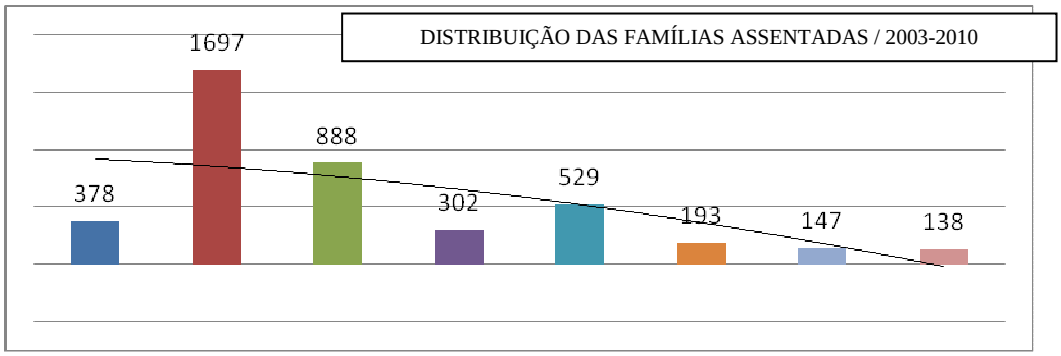
Fonte: Divisão de Obtenção/SR-19

GRÁFICO 2



Fonte: Divisão de Obtenção/SR-19

GRÁFICO 3



Fonte: Divisão de Obtenção/SR-19

PROJETO	MUNICÍPIO	*Ano de Criação*	*Número de Famílias por Trimestre*				
			I	*II*	*III*	*IV*	*Total*
PA FAZENDA FAVELA	MOSSORO	1.987	-	-	-	3	3
PA ZUMBI/RIO DO FOGO	RIO DO FOGO	1.987	-	-	-	6	6
PA FAZENDA PALHEIROS	ACU	1.987	-	-	-	3	3
PA FAZENDA HIPOLITO	MOSSORO	1.987	-	-	-	1	1
PA FAZENDA POÇO DE BARAUNA	BARAUNA	1.987	-	-	-	1	1
PA SERROTE/SERRA BRANCA	SAO RAFAEL	1.988	-	-	-	3	3
PA CATINGUEIRA	BARAUNA	1.991	-	-	-	4	4
PA BOA SORTE	JOAO CAMARA	1.992	-	-	-	3	3
PA SANTA VITORIA	SAO BENTO DO NORTE	1.992	-	-	-	5	5
PA ROSADO	PORTO DO MANGUE	1.993	-	-	-	3	3
PA ZABELÊ	TOUROS	1.993	-	-	-	10	10
PA MARAVILHA	CARAUBAS	1.995	-	-	-	7	7
PA PLANALTO DO MEL	CARNAUBAIS	1.995	-	-	-	3	3
PA MODELO	JOAO CAMARA	1.995	-	-	-	5	5
PA CANTO DA ILHA DE CIMA	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	1.995	-	-	-	4	4
PA CABELO DE NEGRO	MOSSORO	1.995	-	2	-	3	5
PA SANTA MARIA	IPANGUACU	1.995	-	-	-	2	2
PA PLANALTO	CARNAUBAIS	1.996	-	-	-	4	4
PA ESPERANÇA	UPANEMA	1.996	-	-	-	7	7
PA BONSUCESSO	PEDRA GRANDE	1.996	-	1	-	7	8
PA PIRANGI	GALINHOS	1.996	-	1	1	2	4
PA SANTA AGOSTINHA	CARAUBAS	1.996	-	1	-	-	1
PA PETROLINA	CARAUBAS	1.996	-	-	-	1	1
PA SANTA CLARA	BARAUNA	1.996	-	-	1	5	6
PA PALESTINA	SANTANA DO MATOS	1.996	-	-	-	6	6
PA BRINCO DE OURO	JOAO CAMARA	1.996	-	-	-	2	2
PA RECREIO	MOSSORO	1.996	-	-	-	11	11

PROJETO	MUNICÍPIO	Ano de Criação	*Número de Famílias por Trimestre*				
			I	*II*	*III*	*IV*	*Total*
PA ARIZONA	TOUROS	1.996	-	-	-	20	20
PA SERRA VERDE	JOAO CAMARA	1.996	-	-	-	2	2
PA NOVA VIDA	UPANEMA	1.996	-	-	-	3	3
PA BOCA DO CAMPO	PEDRA GRANDE	1.997	-	-	-	5	5
PA RIACHÃO	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	1.997	-	-	-	1	1
PA POTENGI	LAGOA DE VELHOS	1.997	1	-	1	1	3
PA LAGOA VERMELHA	UPANEMA	1.997	-	-	-	5	5
PA ALTO DA FELICIDADE	PENDENCIAS	1.997	-	-	-	7	7
PA QUILOMBO DOS PALMARES	TOUROS	1.997	-	-	-	21	21
PA PAU D'ARCO	CARNAUBAIS	1.997	-	-	-	7	7
PA URSULINA	CARAUBAS	1.997	-	1	-	11	12
PA SANTA LUZIA	CARNAUBAIS	1.998	-	-	-	1	1
PA CAVACO	CARNAUBAIS	1.997	-	-	-	1	1
PA ANTONIO CONSELHEIRO	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	1.997	-	-	-	7	7
PA LAGOA NOVA I	RIACHUELO	1.998	-	-	1	-	1
PA TRÊS CORAÇÕES	SERRA CAIADA	1.998	-	-	-	7	7
PA FAZENDA NOVA	MOSSORO	1.998	-	-	-	1	1
PA GUARAPES	JANDAIRA	1.998	-	-	-	1	1
PA PARAÍSO II	AFONSO BEZERRA	1.998	-	-	-	2	2
PA VALE DO LÍRIO	SAO JOSE DE MIPIBU	1.998	-	2	-	-	2
PA ESPÍRITO SANTO	CEARA-MIRIM	1.998	-	-	-	5	5
PA ALTO DAS GRAÇAS	PORTO DO MANGUE	1.998	-	-	-	1	1
PA ROSÁRIO	CEARA-MIRIM	1.998	-	-	-	4	4
PA NOVA VIDA II	MAXARANGUAPE	1.998	-	-	-	1	1
PA NOVO HORIZONTE II	MAXARANGUAPE	1.998	-	-	-	1	1
PA MONTE ALEGRE	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	1.998	-	-	-	2	2
PA SANTO ANTÔNIO	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	1.998	-	-	-	5	5

PROJETO	MUNICÍPIO	*Ano de Criação*	*Número de Famílias por Trimestre*				
			I	*I*	*II*	*IV*	*Total*
PA PARANÁ	ITAU	1.998	-	-	-	1	1
PA JUREMA	MOSSORO	1.998	-	-	-	1	1
PA ESPINHEIRO	BENTO FERNANDES	1.998	-	-	1	1	2
PA BAIXA DO NOVILHO	JOAO CAMARA	1.999	-	1	-	2	3
PA ACAUÃ	SANTANA DO MATOS	1.999	-	-	-	1	1
PA RIO DOCE	PORTO DO MANGUE	1.999	-	-	-	1	1
PA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	1.999	-	-	-	1	1
PA JOSÉ COELHO SILVA	MACAIBA	1.999	-	-	-	2	2
PA CANADÁ	BENTO FERNANDES	1.999	-	-	-	5	5
PA SÃO SEBASTIÃO	IELMO MARINHO	1.999	-	-	-	5	5

PA 25 DE JULHO	SAO BENTO DO NORTE	1.999	-	-	-	6	6
PA NOVA TRAPIÁ	ACU	1.999	-	-	-	8	8
PA SERRA NOVA	FLORANIA	1.999	-	-	-	3	3
PA NOVO ESPINHEIRINHO	MOSSORO	1.999	-	-	1	-	1
PA 1º DE MAIO	CARAUBAS	1.999	-	-	-	4	4
PA SÃO JOSÉ DE MAXARANGUAPE	MAXARANGUAPE	1.999	-	-	-	3	3
PA SÃO FRANCISCO	CERRO CORA	1.999	-	-	1	-	1
PA PROGRESSO	AFONSO BEZERRA	1.999	-	-	-	2	2
PA VINGT ROSADO	MOSSORO	1.999	1	-	-	1	2
PA ÁGUAS VIVAS	CEARA-MIRIM	2.000	-	-	-	1	1
PA ELDORADO DOS CARAJÁS	MACAIBA	2.000	-	2	-	1	3
PA GONÇALO SOARES	SAO JOSE DE MIPIBU	2.000	-	-	-	1	1
PA SÃO LUIZ	PUREZA	2.000	-	-	-	1	1
PA PADRE CICERO	CEARA-MIRIM	2.000	-	-	-	1	1
PA OSMAR VICENTE DA COSTA	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	2.001	-	-	-	1	1
PA BONFIM	ANGICOS	2.001	-	-	-	3	3
PA SABIÁ	UPANEMA	2.001	-	-	-	2	2
Projeto	***Município***	***Ano de Criação***	***Número de Famílias por Trimestre***				
			I	***I***	***II***	***IV***	***Total***
PA SOMBREIRO	UPANEMA	2.001	-	-	-	3	3
PA SÃO SEBASTIÃO III	UPANEMA	2.001	-	-	-	3	3
PA SÃO CRISTÓVÃO	MOSSORO	2.001	-	-	4	-	4
PA BOM TRABALHO	PARAZINHO	2.001	1	-	1	5	7
PA PASSAGEM DO JUAZEIRO	SENADOR ELOI DE SOUZA	2.001	-	-	-	1	1
PA SÃO ROMÃO	MOSSORO	2.001	-	-	-	4	4
PA JERUSALEM	TAIPU	2.001	-	-	-	1	1
PA OZIEL ALVES	MOSSORO	2.001	-	-	-	1	1
PA MARIA DA PAZ	JOAO CAMARA	2.003	-	-	-	1	1
PA ZUMBI DOS PALMARES	MACAIBA	2.003	-	-	-	1	1
PA PLANALTO DO RETIRO	TOUROS	2.003	-	-	-	4	4
PA SANTA RITA DE CÁSSIA	MOSSORO	2.003	-	1	-	1	2
PA MATA VERDE	ESPIRITO SANTO	2.004	-	-	-	5	5
PA SANTA FÉ	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	2.004	-	-	-	7	7
PA PATATIVA DO ASSARÉ	ACU	2.003	-	-	-	4	4
PA BOA ESPERANÇA	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	2.004	-	-	-	4	4
PA PAULO FREIRE	MOSSORO	2.003	-	-	-	1	1
PA MAISA	MOSSORO	2.004	-	2	16	126	144
PA NOVA ESPERANÇA DE MOSSORÓ	MOSSORO	2.004	1	-	-	16	17
PA TERRA NOSSA	MOSSORO	2.004	-	1	-	1	2

PA RIACHÃO II	CEARA-MIRIM	2.004	-	-	-	3	3
PA SÃO GERALDO	UPANEMA	2.005	-	-	-	6	6
PA QUILOMBO DOS PALMARES II	MACAIBA	2.005	-	-	-	2	2
PA BERNARDO MARIM	PUREZA	2.005	-	-	3	2	5
PA CAIÇARA	APODI	2.005	-	-	-	8	8
PA VITORIA	BARAUNA	2.005	-	-	-	3	3
PA PEDRO EZEQUIEL DE ARAÚJO	IPANGUACU	2.005	-	1	-	8	9
PROJETO	**MUNICÍPIO**	***Ano de Criação***	***Número de Famílias por Trimestre***				
			I	***II***	***II***	***IV***	***Total***
PA PROFESSOR MAURICIO DE OLIVEIRA	ACU	2.006	-	-	-	1	1
PA CHEIRO DA TERRA	MOSSORO	2.006	-	1	1	2	4
PA TERRA DE ESPERANÇA	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	2.006	-	6	-	5	11
PA CANUDOS	TOUROS	2.007	-	-	-	5	5
PA NOVA ALIANÇA	POCO BRANCO	2.007	-	-	-	3	3
PA PAULO FREIRE III	PUREZA	2.007	-	-	-	4	4
PA - MARIA CLEIDE DA SILVA	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	2.007	-	2	-	2	4
PA - JOSÉ SOTERO DA SILVA	CARAUBAS	2.007	-	-	-	8	8
PA - OLGA BENÁRIO	MOSSORO	2.007	-	-	1	-	1
PA NOVA OLINDA	CAICARA DO NORTE	2.007	-	-	-	24	24
PA CHICO SANTANA	JOAO CAMARA	2.007	-	1	-	-	1
PA - NOVE DE OUTUBRO	CARAUBAS	2.008	-	-	-	2	2
PA - BRILHO DO SOL	PORTO DO MANGUE	2.008	-	-	-	11	11
PA - ROSA LUXEMBURGO	CARNAUBAIS	2.009	-	1	-	3	4
PA - MARGARIDA ALVES II	CARNAUBAIS	2.009	-	1	-	5	6
PA - CARLOS MARIGHELLA	IELMO MARINHO	2.009	-	-	-	1	1
PA IRMA DOROTHY	CARNAUBAIS	2.009	-	1	-	2	3
PA MARIA DAS GRAÇAS	JOAO CAMARA	2.010	-	-	-	40	40
PA MARIA DAS GRAÇAS II	SENADOR ELOI DE SOUZA	2.010	-	-	-	18	18
PA PEREIROS	PARAZINHO	2.010	-	-	-	50	50
PA RIACHO DO MEIO	SERRA CAIADA	2.010	-	-	-	30	30
TOTAL					***794***		

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	A	3	Hectares	6.683	22.254,37	448,28%	0

Fonte: SIR 2010 e PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
144.274,000	151.485,00	146.851,25	96,94%	139.998,55	92,41%	139.998,55	92,41%

Fonte: SIAFI 31/01/2011

Os resultados alcançados com a Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais**,** à semelhança da Ação Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária, estão diretamente relacionados com a disponibilidade de terras para obtenção (onerosa). Por conseguinte, reiteramos que, no Estado do Rio Grande do Norte, a disponibilidade de terras para obtenção, via desapropriação por interesse social, para fins de Reforma Agrária, ou por Aquisição, vem obedecendo a uma curva de declínio muito acentuado, a exemplo do que demonstram os gráficos 1, 2 e 3 (referentes ao período 2003-2010), haja vista o significativo número de projetos de assentamento já criados (284), restando áreas menos passíveis de desapropriação, nas condições de médias propriedades,

grandes propriedades produtivas ou sem o potencial agronômico para a criação de projetos de assentamento.

Nesse contexto, no que pese a busca de equilíbrio na programação 2010, a meta física realizada (29.958,9656ha.) alcançou 448,28% da meta programada (6.683ha.), contemplando 26.341,7768 ha relativos a vistoria para levantamento de dados e informações (Vistoria Preliminar) e 3.617,1888 ha relativos a Vistoria para Avaliação, contemplando apenas 92,41% do Empenho Líquido. Presumimos que a programação de 6.683ha para vistoria em 2010, não vislumbrou a redução no aproveitamento das áreas vistoriadas, hoje em torno de 3 para 1. Abaixo relação de projetos dos projetos onde foram realizadas vistorias e avaliações:

VISTORIA E AVALIAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS			
NOME DO IMÓVEL	**MINICÍPIO**	**ÁREA REGISTRADA**	**TIPO DE VISTORIA** **1- PRELIMINAR.** **2- AVALIAÇÃO.**
ALMAS	BAIA FORMOSA	583,0000	1
FAZENDA UMARI DE SÃO PEDRO	IELMO MARINHO	2.056,8798	1
CANABRAVA / MATAS	PUREZA	2551,5000	1
FAZENDA MARACUJÁ	VÁRZEA / PASSÁGEM	776,0000	1
AZENDA SÃO JOÃO DO CARNEIRINHO	ASSU	1283,3300	1
ALTO DO ORIENTE	JOÃO CÂMARA	2345,0000	2
CAUASSU	JOÃO CÂMARA	581,1000	2
TERRA NOVA	IELMO MARINHO	1185,0000	1
OLHO D´ÁGUA E SANTA ROSA	SÃO TOMÉ	6171,400	1
SÍTIO JATOBÁ	PATU	116,1600	2
SÍTIO JATOBÁ (UMA PARTE SOMENTE)	PATU	16,5800	2
SÍTIO JATOBÁ	PATU	40,0000	2
SÍTIO JATOBÁ	PATU	116,1600	2
SÍTIO JATOBÁ	PATU	2,3883	2
UMBUZEIRO	CARNAUBAIS	1574,6380	1
UMBUZEIRO	CARNAUBAIS	1675,4500	1
TAMATANDUBA	PEDRO VELHO	330,0000	1
DIAMANTE DO LIVRAMENTO E SÍTIO BOM JARDIM	CEARÁ MIRIM	689,5000	1
LAGOA DO CAENGA/BAIXA DO TAMANDUÁ/SANTA FÉ	GROSSOS	1.015,7990	1
SÍTIO SANTA MARIA	TABOLEIRO GRANDE	953,6800	1
ITAPITANGA	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	875,7000	1
CACHOEIRINHA /SANTA NEUZA/ SÃO FRANCISCO	SÃO PAULO DO POTENGI	642,5800	1

UMA PARTE DE TERRA (NO SÍTIO SÃO GONÇALO)	PATU	11,6000	2
SÍTIO POCINHOS/SÍTIO RUSSINHO/FUTURO/AREIA	AÇU	3299,7200	1
SANTA MARIA GLEBA A	MACAÍBA	388,2005	2
PEDRA BRANCA	SÃO PEDRO	677,6000	1
		29.961,3539	

Fonte: Dados/ SR-19/T - Análise Crítica / SIR.

2.3.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução CONAMA 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	A	3	Licença	36	61	166,66%	0

Fonte: SIR 2010 e PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
383.188,000	437.590,52	410.637,70	93,84%	352.416,17	80,53%	350.803,85	80,16%

Fonte: SIAFI 2011

A Superintendência do Estado do Rio Grande do Norte excedeu a meta prevista de 36 protocolos de Licenças Ambientais, referente à Ação de Licenciamento Ambiental dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária no Estado do Rio Grande do Norte, devido ao compromisso firmado no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que estabelecia a meta de protocolar 60 Licenças de Instalação e Operação (LIO's), no ano de 2010.

A meta estabelecida no TAC foi atendida com 60 Licenças de Instalação e Operação (LIO's) protocoladas no ano de 2010, 01 Licença Prévia (LP), totalizando 61 protocolos de Licenças Ambientais no ano de 2010.

O Termo de Ajustamento de Conduta citado acima foi firmado pelo INCRA/RN com o Ministério Público Federal, com o IBAMA- Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis/RN e com o IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte e tem por objetivo ajustar a conduta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/RN e demais Compromissados, às exigências legais referidas na Lei nº. 6.938/81, notadamente ao disposto em seu art. 10, o qual exige o licenciamento prévio pelo órgão ambiental competente para atividades que utilizam recursos naturais, que têm potencial poluidor ou que possam degradar o meio ambiente, bem assim ao contido na Resolução/CONAMA, nº. 237/1997 e Resolução/CONAMA nº. 387/2006, as quais tratam dos procedimentos de licenciamento, inclusive nos projetos de assentamentos de reforma agrária.

O compromisso assumido pelo INCRA/RN no Termo de Ajustamento de Conduta é regularizar ambientalmente todos os Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária no Estado até o ano de 2012, como demonstrado no quadro abaixo:

ANO	QUANTIDADE DE ASSENTAMENTOS
2008	33
2009	60
2010	60
2011	60
2012	65
TOTAL	278

Fonte: Serviço de Meio Ambiente/INCRA – SR/19

Para tal fim, foi adotado o procedimento de execução direta para a elaboração dos estudos ambientais necessários para os protocolos das Licenças de Instalação e Operação, ou seja, são os técnicos do INCRA/RN que se deslocam aos Projetos de Assentamentos para elaborar os estudos ambientais, sendo necessário, em muitos casos a regularização das áreas de Reserva Legal e fazer levantamentos de áreas degradadas na área de Reserva Legal e nas Áreas de Preservação Permanente (APP's) existentes nos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, para posterior elaboração dos Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas.

As equipes para a elaboração dos estudos ambientais são formadas pelos agrônomos e topógrafos do INCRA/RN e em muitos casos por Analistas Ambientais do IBAMA/RN, tendo como coordenadores os servidores do Serviço de Meio Ambiente do INCRA/RN.

Abaixo a relação dos Projetos de Assentamentos que foram contemplados com o protocolo da LIO no ano de 2010:

N.º	NOME DO PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	ÁREA (Ha)	NÚMERO DE FAMÍLIAS	PROCESSO IDEMA
1	PROF. MAURICIO DE OLIVEIRA	ASSÚ	3.311,9002	70	2010-041063/TEC/LIO - 0121
2	RIACHÃO II	CEARÁ-MIRIM	1.740,1119	113	2010-041129/TEC/LIO - 0132
3	ESPIRITO SANTO	CEARÁ-MIRIM	2.114,9922	130	2010-040668/TEC/LIO - 0100
4	ROSÁRIO	CEARÁ-MIRIM	1.550,6225	120	2010-041472/TEC/LIO - 0145
5	SÃO JOSÉ DO PEDREGULHO	CEARÁ-MIRIM	847,8735	100	2010-040447/TEC/LIO - 0092
6	BRINCO DE OURO	JOÃO CÂMARA	2.572,5360	82	2010-040699/TEC/LIO - 0101
7	SERRA VERDE	JOÃO CÂMARA	1.332,3115	42	2010-040702/TEC/LIO - 0103
8	XOÁ	JOÃO CÂMARA	2.075,8700	66	2010-040701/TEC/LIO - 0102
9	LAGEADO	JOÃO CÂMARA	1.355,0000	41	2010-040704/TEC/LIO - 0104
10	LAGINHA	JOÃO CÂMARA	280,4120	10	2010-040705/TEC/LIO - 0105
11	PAULO FREIRE	MOSSORO	1.585,0161	60	2010-041124/TEC/LIO - 0129
12	MONTE ALEGRE	GOV. DIX-SEPT ROSADO	4.415,0433	160	2010-041476/TEC/LIO - 0148
13	AREIAS	GOV. DIX-SEPT ROSADO	1.109,0130	35	2010-039870/TEC/LIO - 0071

14	NOVA TRAPIÁ	ASSU	2.297,1408	80	2010-041130/TEC/LIO - 0133
15	PROGRESSO	AFONSO BEZERRA	1.866,7860	80	2010-041007/TEC/LIO - 0108
16	FORMOSA	BARAUNA	935,2924	40	2010-041128/TEC/LIO - 0131
17	1º DE MAIO	CARAUBAS	1.727,4600	65	2010-039877/TEC/LIO - 0076
18	BOM SUCESSO MILITARES	BARAUNA	1.079,3480	41	2010-041074/TEC/LIO - 0128
19	LAGOA VERMELHA	UPANEMA	1.185,5246	34	2010-039871/TEC/LIO - 0072
20	BOM LUGAR	UPANEMA	3.739,9644	150	2010-041018/TEC/LIO - 0113
21	NOVA VIDA	UPANEMA	3.566,9296	114	2010-039872/TEC/LIO – 0073
22	ESPERANÇA	UPANEMA	2.405,0000	76	2010-041015/TEC/LIO - 0112
23	ESPINHEIRO	BENTO FERNANDES	2.576,1000	125	2010-039875/TEC/LIO - 0075
24	CANADA	BENTO FERNANDES	1.212,0515	60	2010-039874/TEC/LIO - 0074
25	PASSAGEM JUAZEIRO	SENADOR ELÓI DE SOUZA	5.297,37	191	2010-041130/TEC/LIO - 0133
26	NOVO ESPINHEIRINHO	MOSSORÓ	1.087,2019	50	2010-040307/TEC/LIO - 0081
27	SOLIDÃO	MOSSORÓ	541,4173	20	2010-040311/TEC/LIO - 0085
28	VINGT ROSADO	MOSSORÓ	1.804,7671	85	2010-040310/TEC/LIO - 0084
29	QUIXABÁ	MOSSORÓ	1.367,7000	60	2010-041474/TEC/LIO - 0147
30	CORDÃO DE SOMBRA	MOSSORÓ	3.842,0000	117	2010-041466/TEC/LIO - 0141
31	FAVELA	MOSSORÓ	2.822,0000	92	2010-041465/TEC/LIO - 0140
32	SITIO CARMO	MOSSORÓ	766,5600	25	2010-040308/TEC/LIO - 0082
33	MULUNGUZINHO	MOSSORÓ	3.997,3917	112	2010-041022/TEC/LIO - 0115
34	CABELO DE NEGRO	MOSSORÓ	2.815,0000	96	2010-041470/TEC/LIO - 0144
35	RIO DOCE	PORTO DO MANGUE	2.284,4783	80	2010-041073/TEC/LIO - 0127
36	SANTA RITA	SANTA CRUZ	520,0000	30	2010-041061/TEC/LIO - 0120
37	JOSÉ COELHO	MACAIBA	1.220,9823	70	2010-041473/TEC/LIO - 0146
38	ESTRELA DO OESTE	PARAÚ	1.903,6455	35	2010-041069/TEC/LIO - 0124
39	SANTA PAZ	GUAMARÉ	1.726,6180	55	2010-041011/TEC/LIO - 0110
40	BELA VISTA	SÃO PEDRO	684,1253	20	2010-041059/TEC/LIO - 0118
41	1º DE JUNHO	PARAZINHO	633,0465	30	2010-041070/TEC/LIO - 0125
42	CAVACO	CARNAUBAIS	1.000,0000	30	2010-041467/TEC/LIO

					- 0142
43	SANTA MARIA III	GUAMARÉ	1.481,0000	70	2010-041067/TEC/LIO - 0123
44	25 DE JULHIO	SÃO BENTO NORTE	2.200,0000	100	2010-041024/TEC/LIO - 0116
45	SÃO MIGUEL	SÃO BENTO NORTE	3.566,9253	66	2010-041021/TEC/LIO - 0114
46	BOM JESUS	PEDRO AVELINO	2.586,7720	100	2010-041468/TEC/LIO - 0143
47	NOVA CONQUISTA	PEDRO AVELINO	2.500,0000	68	2010-041132/TEC/LIO - 0135
48	NOVO HORIZONTE	PEDRO AVELINO	2.149,1127	80	2010-041125/TEC/LIO - 0130
49	NOVA ESPERANÇA	PEDRO AVELINO	1.069,0000	40	2010-041009/TEC/LIO - 0109
50	8 DE MARÇO	CARAUBAS	808,1000	32	2010-040309/TEC/LIO - 0083
51	ELDORADO DOS CARAJÁS	MACAIBA	880,6625	80	2010-041013/TEC/LIO - 0111
52	IRMA DOROTY	CARNAUBAIS	475,1555	28	2010-040446/TEC/LIO - 0091
53	ROSA LUXEMBURGO	CARNAUBAIS	942,2512	70	2010-040660/TEC/LIO - 0098
54	MARGARIDA ALVES II	CARNAUBAIS	374,75600	22	2010-040663/TEC/LIO - 0099
55	SANTA TEREZA	BENTO FERNANDES	608,2648	21	2010-041065/TEC/LIO - 0122
56	UIRAPURU	SÃO JOSÉ CAMPESTRE	1.648,2194	54	2010-040448/TEC/LIO - 0093
57	CANAFÍSTULA	PUREZA	2.113,7604	67	2010-041131/TEC/LIO - 0134
58	TABOLEIRO GRANDE	APODI	1.288,0982	60	2010-041060/TEC/LIO - 0119
59	RANCHO DO PEREIRO	BARAUNA	413,0000	40	2010-041485/TEC/LIO - 0150
60	SANTA CLARA	BARAUNA	363,6000	12	2010-041477/TEC/LIO - 0149
	TOTAL		**106.665,277**	**4.102**	

Fonte: Serviço de Meio Ambiente/INCRA – SR/19

2.1.2.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	A	3	Hectares	3.576	3.210,8756	89,78%	365,1244

Fonte: SIR/2010 e PO 2010.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
5.734.491,00	1.592.682,51	1.100.053,09	69,06%	856.634,59	53,78%	856.634,59	53,78%

Fonte: SIAF 31/01/2011

Ao contrário das ações anteriores, cujas execuções superaram as metas, a Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária**,** programada para 3.576ha., só alcançou 3.210,8756ha., portanto apenas 89,78% da meta 2010, verificando-se um passivo de 365,1244ha. Decerto, se não fossem os empecilhos ao trâmite processual para ajuizamento de duas ações de desapropriação, a meta teria sido superada. Em contrapartida, o ajuizamento das ações de desapropriação desses dois imóveis poderá ser vislumbrado para o exercício de 2011, salientando que a Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ, observou um Empenho Liquidado de apenas 53,78%.

PROJETOS CRIADOS EM 2010						
NOME DO IMÓVEL	**MINICÍPIO**	**PROJETO - PA**	**ÁREA**	**TDA S/ SOBRAS**	**BENFEI-TORIAS + SOBRAS/TDA**	**TOTAL**
Arca/Perobas /Boa Vista	João Câmara	Maria das Graças	814,7801	838.405,62	512.425,64	1.350.831,26
São Pedro	São Paulo do Potengi e Senador Eloi de Souza	Maria das Graças Ii	563,8797	457.236,99	27.573,31	484.810,30
Riacho do Meio	Serra Caiada	Riacho do Meio	1.054,3226	860.270,68	67.034,09	927.304,76

Pereiros	Parazinho	Pereiros	777,8932	480.112,62	249.128,50	729.241,12
TOTAL			**3.210,8756**	**2.636.025,91**	**856.161,54**	**3.492.187,44**

Fonte: Processos individuais de desapropriação.

2.2.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
-	714.927,77	30.158,03	4,21%	25.818,95	3,61%	25.818,95	3,61%

Fonte: SIAFI 31/01/2011

Quanto à Ação Gestão e Administração do Programa Assentamento de Trabalhadores Rurais, embora não conste na Programação Orçamentária (PO 2010), houve Provisão Recebida de R$ 714.927,77. Desse valor, o que foi efetivamente utilizado e pago foi R$ 25.818,95, para as seguintes destinações: manutenção da sede desta SR/19, com o pagamento referente a despesas com a frota veicular, desde o contrato de aluguel de veículos

- locação de 21 veículos -, perpassando pela manutenção preventiva e corretiva da frota oficial, até despesas com combustíveis, valores correspondentes ao rateio que as divisões destinaram aos custos administrativos com o consumo de água e energia elétrica, telefonia fixa e móvel, taxas, publicações e outras despesas.

Enfatizamos, também, que tais recursos compõem o lastro para as despesas com diárias de servidores, utilizadas para o cumprimento das metas previstas no o programa, envolvendo as várias ações pertinentes.

2.1.3 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Principais Ações do Programa

2.1.3.4 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	A	3	Família	1.042	0	0%	1.042

Fonte: SIR/2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
2.850.468,00	121.000,00	114.025,03	94,23%	100.413,94	82,98%	99.432,23	82,17%

Fonte: SIAFI 31/01/2011

O quadro acima revela a provisão recebida pela Superintendência Regional a titulo de Gestão de Apoio do Programa, já que as ações desenvolvidas no exercício de 2010 foram provenientes de parcerias firmadas nos exercícios de 2007 a 2010 sendo utilizado no acompanhamento e fiscalização de convênios e contratos administrativos, como também de Termo de Cooperação Técnica.

Nas ações de Infraestrutura foram realizados acompanhamentos de convênios, como no caso do convênio CRT/RN/13.000, celebrado entre o INCRA e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, a figura do assegurador coaduna com as ações executadas pela Convenente no sentido de acompanhamento e fiscalização dos serviços pactuados, assim, chegamos ao final do presente exercício com o montante de aproximadamente 88 % de ações executadas, havendo inclusive ações a serem concluídas no exercício de 2011.

Outra grande ação desenvolvida ao longo deste exercício foi à elaboração e acompanhamento da parceria firmada através de Termo de Cooperação entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, através da mediação desta Superintendência Regional, e a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais – CPRM, (conforme poderá ser verificado no processo n° 54330.000711/2009-18), tendo como objeto a implantação / revitalização de sistemas de abastecimento de água em 42 (quarenta e dois) projetos de assentamentos do Rio Grande do Norte, abrangendo 3.129(três mil, cento e vinte e nove) famílias, ação que continua em execução no exercício de 2011, onde teve vigência prorrogada até o mês de setembro de 2011.

Os resultados dessa parceria se inserem num leque mais amplo de parcerias, a exemplo das firmadas em exercícios anteriores com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, já que existem ações sendo executadas por convênios firmados com Secretarias do Governo do Estado do RN (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH e Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca – SAPE), os quais juntos visam atender aproximadamente metade do universo (34%) dos assentamentos identificados com situação crítica de abastecimento de água. Também citamos a parceria firmada com o

Departamento de Estradas e Rodagens do RN - DER, que visa a recuperação de estradas vicinais, garantindo assim, uma melhor infra-estrutura básica para as famílias assentadas nas regiões atendidas poderem escoar sua produção.

Vale à pena ressaltar que a Superintendência Regional do RN optou pela não execução direta de tais obras, em função da carência de servidores habilitados no setor de infra-estrutura dessa Autarquia (lembramos que existe somente 01 engenheiro civil em atividade) para proceder à fiscalização de contratos e convênios, o que vem resultando em dificuldades na execução destas ações e, em conseqüência, aumentando sobremaneira a morosidade no andamento dos processos.

Também foi contratada a construção de um galpão na região do Mato Grande no intuito de proceder ao beneficiamento da extração de óleo vegetal para a produção de Bio-combustível em parceria firmada com a ARCO e a Petrobrás.

Destaca-se que esta superintendência estuda, junto à sede, a possibilidade de contratação de serviços terceirizados especializados de engenharia para dar suporte e acompanhamento às fiscalizações a serem realizadas pelo seu Setor de Infraestrutura e ainda a contratação de servidor habilitado em engenharia através de concurso público, sendo que o último concurso realizado se encontra embargado pela justiça federal, isto no sentido de suprir a demanda do setor e dar vazão às ações de responsabilidade deste.

Ressaltamos, por fim, que as obras resultantes destas parcerias já se encontram todas licitadas e em execução.

Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	A	3	Família	390	878	225%

Fonte: SIR/2010 e PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
319.038,00	519.206,26	517.059,58	99,58%	51.909,71	9,99%	51.919,71	9,99%

Fonte: SIAFI 31/01/2011

A ação de Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento, integrante do Programa Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária, tem por objetivo prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável, mediante realização de serviços de medição, demarcação e georreferenciamento em conformidade com a lei nº. 10.267/2001, bem como a identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Verificamos nesta ação, que parte do valor orçado, o montante de R$ 444.378,47 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e setenta e oito reais e quarenta e sete centavos), atenderá diretamente a 878 (trezentos e noventa) famílias em ações a serem executadas no exercício de 2011. As respectivas ações foram objeto do contrato assinado em 16/11/2010, com vigência de 04/01/2011 a 01/09/2011, tendo seus recursos assegurados por força dos empenhos de números 2010NE900455 E 2010NE900456.

As ações se desenvolverão conforme quadro apresentado a seguir:

PROJETOS A SER DEMARCADOS EM 2011		
PROJETOS	**MUNICÍPIOS**	**FAMÍLIAS**
PEDRO EZEQUIEL DE ARAÚJO	Ipanguaçu, Angicos e Afonso Bezerra	529
NOVE DE OUTUBRO	Caraúbas	41
PEQUENA VANESSA	Senador Eloi de Souza e São Paulo do Potengi	25
CARLOS MARIGUELA	Ceará Mirim e Ielmo Marinho	35
MARGARIDA ALVES	Carnaubais	22
ROSA LUXEMBURGO	Carnaubais	70
IRMÃ DOROTHY	Carnaubais	28
BRILHO DO SOL	Porto do Mangue	128
TOTAL		**878**

No que tange as ações executadas por esta Superintendência Regional em 2010, registramos que o que todos os esforços profissionais foram objetivando o acompanhamento e a conclusão das ações que foram contratadas em 2008, tendo o seu início de execução parte no exercício de 2009 e finalizando no exercício de 2010, motivo pelo qual se explica a utilização do restante do recurso em despesas com viagens de servidores para fiscalização.

Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Regina Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	691	A	3	Familia	0	0	0%	0

Fonte: SIR/2010 e PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI 31/01/2011

Em 2009 o INCRA recebeu algumas propostas de projetos de investimento para o Programa Terra Sol, porém, devido à falta de profissionais com a devida capacitação para acompanhar as obras, estes projetos não entraram no rol das metas para o exercício de 2010. Porém, no final do exercício de 2009 foi licitada a construção de um galpão, orçado em R$ 125.403,47 (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e três reais e quarenta e sete centavos), para abrigar uma unidade extratora de biodiesel no Projeto Assentamento Rosário, beneficiando 250 famílias. Como o galpão foi licitado no final de 2009, sua execução só iniciou em 2010.

A necessidade de construção deste galpão surgiu a partir da condição estabelecida pela Petrobrás para sessão dos equipamentos da unidade extratora de biodiesel e, conseqüentemente, formalização de parceria entre empresa e a Associação de trabalhadores do assentamento Rosário. Esta parceria é muito importante na geração de empregos e renda para moradores do assentamento.

Em 2010 também ocorreu a continuidade do Convênio com o Instituto de Assessoria à Cidadania e ao Desenvolvimento Local Sustentável – IDS, que tem como perspectiva beneficiar 1.764 (um mil e setecentas e sessenta e quatro) famílias assentadas através de elaboração de Planos de Negócios e Projetos Executivos, bem como pela realização de feiras de agronegócios nas diferentes regiões do estado do RN, em busca de sistematizar e impulsionar a comercialização de produtos de diversos assentamentos do Rio Grande do Norte.

Foram realizadas três feiras em 2010, tais feiras tiveram como objetivo proporcionar aos assentados a participação em debates temáticos sobre Agricultura Familiar e principalmente propiciar oportunidade a estes beneficiários de expor seus produtos em feiras

agroecológicas e articular canais de comercialização, que ainda é um grande gargalo no desenvolvimento da agricultura familiar, apesar das políticas governamentais de estímulo a comercialização.

A primeira feira de 2010, intitulada como a 1ª Feira Territorial dos Assentamentos da Região do Mato Grande, aconteceu no período de 19 a 20 de agosto no município de João Câmara. O evento contou com a presença de agricultores de, aproximadamente, 15 municípios da região do Mato Grande que apresentaram vários produtos oriundos da Agricultura Familiar como hortaliças, frutas, mel, castanha, peixe, ovos, pães, bolos, salgados, artesanato, entre outros. Havia 5 salas de debates onde foram abordados os seguintes temas: Linhas de Crédito, Produção, Comercialização, Assistência Técnica e Meio Ambiente.

A segunda feira ocorreu nos dias 26 e 27 de novembro no território do Apodi, especificamente município de Caraúbas. A feira reuniu agricultores de vários municípios, como Apodi, Campo Grande, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Janduís, Messias Targino, Umarizal e Upanema, que comercializaram produtos como goiaba, banana, manga, castanha de caju, farinha de mandioca, macaxeira, hortaliças, leite, queijo, manteiga, mel de abelha, ovos, carne de galinha caipira, de caprinos, artesanato em tecido, palha, couro, madeira, entre outras variedades. Havia 3 salas de debates onde foram abordados os seguintes temas: Produção, Comercialização e Licenciamento ambiental.

A terceira feira foi a feira estadual, e ocorreu em Natal, no período de 16 a 18 de dezembro. A feira reuniu agricultores dos territórios do Apodi, Açu-Mossoró, Mato Grande, Seridó, Agreste Litoral Sul, Alto Oeste, Potengi, Sertão Central, Terra dos Potiguaras e Trairi, que comercializaram vários produtos oriundos da agricultura familiar.

O convênio, já citado anteriormente, teve mais um aditamento de prazo, ficando estabelecido em 31 de março de 2011 o término do mesmo. Tal aditamento foi necessário pelo atraso no repasse dos recursos da segunda parcela. Até o momento foram entregues todos os planos de negócios, todos os projetos executivos e todas as feiras foram realizadas, faltando apenas a entrega das cartilhas.

2.1.3.5 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Regina Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	A	3	Documento	290	191	65,86%	99

Fonte: SIR/2010 e PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
42.100,00	42.100,00	42.019,00	99,80%	41.178,06	97,81%	41.178,06	97,81%

Fonte: SIAFI 31/01/2011

No presente exercício, a ação Titulação, Concessão e Destinação de imóveis rurais em Projetos de Assentamentos, na Superintendência do Rio Grande do Norte produziu 264 documentos titulatórios, sendo 245 Contratos de Concessão de Uso e 19 Títulos de Domínio, porém, foram computados somente 191, já que apenas estes completaram o ciclo processual, e os demais foram encaminhados ao INCRA/Sede, mais especificamente para DDA-2, já que apresentaram inconsistências, merecendo serem revisados pelo setor competente, o que culminou com o cancelamento de parte destes títulos apresentados.

Por oportuno destacamos que o resultado tímido no âmbito desta Unidade Regional, se deu pela pequena quantidade de servidores que compõe o presente setor e que estão incumbidos para implementação dos trabalhos da Ação Titulação, e ainda, as constantes solicitações de servidores por parte do INCRA/Sede para compor equipe de fiscalização em outras Superintendências Regionais, atendendo recomendações pontuais de órgão de controle.

Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo

Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Aurora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curituba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta. Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto. Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Regina Barguil.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	A	3	Projeto	3	0	0%	3

Fonte: SIAF 2011

Atualmente a Superintendência Regional do INCRA no RN conta com 10 (dez) convênios vigentes no âmbito do Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-suficiência) de Projetos de Reforma Agrária (PAC), que foram prorrogados no final do exercício de 2010 até junho de 2011.

Nesta esteira, informamos que apesar de haver previsão orçamentária de recursos para serem repassados às convenentes no âmbito desta SR, este repasse ficou prejudicado devido a falta de apresentação/aprovação de prestações de contas de parcelas anteriores, conforme aduz a Instrução Normativa nº 01/1997 (instrumento que rege os referidos convênios).

As ações desenvolvidas no âmbito do no exercício de 2010 constituíram-se basicamente no acompanhamento de 01 (um) desses convênios que se encontra em plena execução, devido ter apresentado e aprovado as prestações de contas relativas às primeiras parcelas.

Considerando a natureza das convenentes (associações de trabalhadores rurais de projetos de assentamento), que possuem pífia capacidade operacional para estarem executando um convênio desta natureza e complexidade, não foi possível avançar na execução das metas pactuadas, acrescenta-se a isso a excessiva dependência para com o INCRA na condução/orientação para a execução das metas.

Desta forma, considerando-se ainda que esta Superintendência Regional possui reduzida força de trabalho (recursos humanos), não foi possível avançar muito no exercício de 2010. Desta maneira, esta Superintendência Regional não efetuou a consolidação de nenhum projeto de assentamento no exercício em comento. Assim, os convênios encontram-se com execução paralisada por falta de capacidade operacional das convenentes, falta de recursos financeiros para a execução de algumas metas, bem como por falta de apoio das intervenientes (Prefeituras Municipais), somada a diminuta equipe de servidores do INCRA responsável por acompanhar esses convênios, sendo que estes figuram como responsáveis por diversas outras atribuições dentro desta Autarquia.

Apesar de não haver consolidado nenhum projeto de assentamento no exercício de 2010, houve o acompanhamento da equipe ao único convênio em execução, utilizando recursos para diárias e custeio operacional (locação de veículos, combustível, materiais de expediente, etc.) da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos, onde as ações estão se desenvolvendo de forma satisfatória no tocante a execução física, mas resta ainda a execução de algumas metas para a conclusão do programado no Plano de Consolidação do Assentamento (PCA).

Percebe-se, por fim, que o modelo de instrumento adotado (convênio) não contribui para a celeridade e desenvolvimento das ações pactuadas, e no exercício de 2011 se envidarão esforços no sentido de buscar concluir a execução das ações programadas para o PA Aurora da Serra (convênio em execução), bem como adotar os encaminhamentos necessários quanto aos demais convênios em vigência.

2.1.3.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando à recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	A	3	Unidade	12	0	0%	12

Fonte: SIR/2010 **e** PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
25.308,000	25.308,30	20.462,04	80,85%	20.266,16	80,07%	20.266,16	80,07%

Fonte: SIAFI 31/01/2011

Esta Ação na Superintendência do Rio Grande do Norte está sob a responsabilidade do Serviço de Meio Ambiente do INCRA, sendo que no ano de 2010, a prioridade foi direcionada para a Ação de Licenciamento dos Assentamentos de Reforma Agrária, visto que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta-TAC, no qual o INCRA assumiu o compromisso de regularizar ambientalmente todos os Projetos de Assentamentos existentes no Estado do Rio Grande do Norte, sendo que a meta para o ano de 2010 era protocolar 60 Licenças de Instalação e Operação. Esta meta para ser atendida necessitou do empenho de todos os técnicos do Setor de Serviço do Meio Ambiente da SR-19.

A Ação de Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária teve como provisão recebida o valor de R$ 25.308,00, entretanto, o valor gasto foi de R$ 20.266,00 e foi destinado para a realização de viagens de campo com o objetivo de regularizar áreas de Reserva Legal que necessitavam de complementação de área, averiguação de denúncias de irregularidades ambientais que ocorreram em Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária e viagens programadas com o objetivo de realizar Reunião de Educação Ambiental nos PA's.

As Reuniões de Educação Ambiental objetivam a conscientização dos beneficiários da Reforma Agrária quanto à preservação dos recursos naturais existentes nos PA's, ou seja, a preservação dos recursos hídricos, da fauna e da flora locais, e, também, quanto ao compromisso de respeitar a legislação ambiental, principalmente quanto à preservação das áreas de Reserva Legal e das Áreas de Preservação Permanente existentes nas áreas adquiridas para a Reforma Agrária.

Abaixo a relação dos PA's que foram contemplados com Reuniões de Educação Ambiental, regularização da Área de Reserva Legal e vistorias para averiguação de irregularidades ambientais, no ano de 2010:

Projeto assentamento	**Município**	**Objetivo**
Novo Horizonte II	Maxaranguape	Irregularidades Ambientais
Amazonas	Parazinho	Irregularidades Ambientais
Padre Cícero	Ceará Mirim	Irregularidades Ambientais
São José do Pedregulho	Ceará Mirim	Irregularidades Ambientais
Tabuleiro do Barreto	Taipu	Irregularidades Ambientais
Modelo	João Câmara	Irregularidades Ambientais
Santa Agostinha	Caraúbas	Irregularidades Ambientais
Uberlândia	Ceará Mirim	Irregularidades Ambientais
Progresso	Afonso Bezerra	Irregularidades Ambientais
São Sebastião II	Touros	Educação Ambiental e Regularização Área de Reserva Legal
Rancho do Pereiro	Baraúna	Educação Ambiental e Regularização da Área de Reserva Legal
7 de Junho	Bento Fernandes	Educação Ambiental e Regularização da Área de Reserva Legal
São José de Maxaranguape	Maxaranguape	Educação Ambiental e Regularização da Área de Reserva Legal.

Fonte: Serviço de Meio Ambiente/INCRA – SR/19

Na Ação de Manejo de Recursos Naturais está incluído o Convênio firmado entre o INCRA/RN e a FUNPEC - Fundação de Pesquisa e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que contempla 33 PA's com estudos ambientais e elaboração de Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas, inclusive, neste ano de 2010 estava previsto a implantação de módulos de recuperação ambiental em 12 PA's, que apresentam áreas de Reserva Legal e/ou Áreas de Preservação Permanente degradadas, entretanto, as condições climáticas não foram favoráveis para a implantação dos projetos de recuperação das áreas degradadas e o Convênio teve sua vigência prorrogada até julho/2011.

Segue a relação dos PA's contemplados pelo Convênio INCRA/FUNPEC para elaboração dos estudos ambientais e elaboração de Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas e implantação dos módulos de recuperação de áreas degradadas:

RELAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO CONTEMPLADOS CONVÊNIO INCRA AMBIENTAL				
Município	**Projeto de Assentamento**	**Área Degradada**	**Nº Fam.**	**Área PA**
Apodi	Canto de Varas		15	19,3600
Apodi	Vila Nova	-	10	335,7590
Areia Branca	Santos Reis	-	18	461,6812
Baraúna	Olho D'águaescada	-	10	285,8700
Baraúna	Ouro verde	Regeneração Natural	20	430,9656
Baraúna	Rancho Pereiro	-	40	412,8400
Baraúna	Santa Clara	-	12	363,6000
Bento Fernandes	7 de junho	-	8	219,8750
Bento Fernandes	Barreto	-	12	231,7820
Carnaubais	Santa Luzia	-	20	475,5955
Ceará – Mirim	Águas Vivas	13,56 ha	44	466,4209
Ceará – Mirim	São João	12,00ha.	20	286,6723
Espírito Santo	Mata Verde	10,69 ha	28	541,0200
Espírito Santo	Timbó	4, 64 ha	29	470,4000
Gov.DixSept Rosado	Terra Nova	Regeneração Natural	18	431,4953
Gov.DixSept Rosado	Tião Carlos	0,77 ha	18	438,0000
Macaíba	Zumbi Palmares	31,21 ha	12	254,2707
Macaíba	Quilombo Palmares II	11,86 ha	47	486,7707
Maxaranguape	S.José Maxaranguape	-	38	413,4222
Mossoró	BarreiraVermelha	6,46 ha	20	361,0043
Mossoró	Santa Elza	4,37 ha	22	457,0567
Mossoró	São José II	Regeneração Natural	24	478,7121
Mossoró	Terra Nossa	3,29 ha	30	215,5000
Poço Branco	Nª Sra da Piedade	-	25	451,8126
Poço Branco	Santa Luzia II	-	20	358,1047
Santa Maria	Santa Maria II	-	15	391,6582
Santana do Matos	Cícero Anselmo	-	22	456,7506
S. José de Mipibu	Gonçalo Soares	3,61 ha	44	342,9620
S. José de Mipibu	Vale do Lírio	1,48 ha	62	360,4668
S.Miguel Gostoso	Ouro Branco	Regeneração Natural	23	436,0574
Taipu	Logradouro	-	42	300,2534
Touros	Lagoa do Sal	-	13	234,0201
Touros	São Sebastião II	-	23	224,1549

Fonte: Serviço de Meio Ambiente/INCRA – SR/19

2.1.3.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	846	OP	3	Família	1.198	857	71,53%	341

Fonte: SIR 2010 e PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
10.074.509,00	17.074.509,00	17.074.000,00	99,99 %	3.195.000,00	18,71 %	3.195.000,00	18,71 %

Fonte: SIAFI 31/01/2011

Dentro da Ação de Concessão de Crédito-Instalação para as famílias assentadas temos diversas modalidades de crédito que são aplicados nesta Superintendência do Rio Grande do Norte: Crédito Aquisição de Material de Construção, Crédito Apoio Inicial, Crédito Semi-árido, Crédito Fomento, Crédito Recuperação/Materiais de Construção e Crédito Apoio Mulher.

Os valores de cada modalidade de crédito para a formulação da Programação Orçamentária 2010 foram determinados pela Instrução Normativa Nº 54/2009, sendo a

operacionalização do crédito regulamentada pelas Normas de Execuções Nº 79/2008 e 86/2009.

Estava previsto o repasse à conta das associações e aplicações do Crédito (indiferentemente quanto à modalidade aplicada) para atender 1.198 (um mil e cento e noventa e oito) famílias, entretanto, a Superintendência Regional atendeu apenas 857 (oitocentos e cinqüenta e sete) famílias. È importante mencionar, que o contingenciamento de recursos durante o exercício de 2010, influenciou de forma negativa e diretamente no cumprimento da meta estabelecida. A título de exemplo, citamos que em dezembro de 2010 solicitamos a liquidação dos empenhos de 98 (noventa e oito) famílias do Crédito Aquisição Material de Construção, 70 (setenta) famílias do Crédito Semi-Árido e 135 (cento e trinta e cinco) famílias do Crédito Recuperação/Material de Construção, mas não ocorreu a liquidação, por não haver dotação financeira, inobstante a solicitação feita Administração Central.

Outro fator que contribui significativamente para não haver liquidado valor maior de empenhos, tem como base o disposto na Norma de Execução Nº 79, no que cerne aos condicionamentos para o recebimento de créditos do INCRA, onde diversas associações comunitárias dos Projetos de Assentamentos não conseguiram regularizar sua situação fiscal, administrativa, de forma que não fosse possível o repasse dos recursos por parte desta Regional, o que limitou a execução da referida meta.

Cabe ressaltar que o volume dos empenhos liquidados com recursos do orçamento-2010 não foi tão expressivo, isso tem a ver com o esforço da Superintendência para liquidar os empenhos do exercício de 2009.

Com relação à execução de 99,99 % dos Empenhos emitidos, deve-se a pressão que os Movimentos Sociais realizaram na Superintendência Regional, no sentido de garantir o empenho dos Créditos reivindicados, e ainda, na complementação do Crédito Recuperação/Material de Construção. É importante frisarmos a novidade na complementação do Crédito Recuperação, advinda das alterações ocorridas na Norma de Execução Nº 86, de novembro de 2009, ou seja, possibilitou ser complementadas, mesmo que as obras já tenham iniciadas. Assim, a Superintendência Regional no exercício de 2010 iniciou a complementação do Crédito Recuperação para as associações comunitárias que já tinham iniciadas as obras de reformas das casas nos Projetos de Assentamento, o que também contribuiu o elevado percentual de Crédito empenhado.

Uma das dificuldades encontradas refere-se ao Banco do Brasil S. A., órgão financeiro contratado pelo INCRA para gerir as contas correntes e aplicações do Crédito

Instalação a nível Brasil, em abrir as contas correntes bloqueadas por modalidade de Crédito, ou seja, o Banco autoriza apenas abertura de uma conta corrente bloqueada por associação. Tal procedimento vem dificultando a operacionalização, o controle e o acompanhamento de várias modalidades de Crédito, em uma única conta, pelas comissões de servidores designadas em Ordem de Serviço.

Soma-se a isso, como fator limitante a uma maior aplicação de créditos, o reduzido número de servidores perante o quantitativo de Projetos de Assentamentos e famílias a serem atendidos por esta Superintendência Regional, o que torna morosa a aplicação pela grande demanda e pequena força de trabalho (recursos humanos).

No tocante a execução dos Créditos, esta ocorre de maneira coletiva por ocasião de pesquisa de preços e aquisição de bens/serviços, orientada e acompanhada por técnico desta Superintendência Regional e a execução dos serviços, principalmente os de construção/reforma das casas, ocorre de forma coletiva ou em mutirão, não sendo utilizada, no Rio Grande do Norte, a contratação de empresas para a sua execução, considerando o entendimento de que a aplicação sendo realizada desta forma oferece maiores benefícios às famílias pela economia gerada com a utilização de sua própria mão-de-obra.

2.1.3.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
598.048,00	1.333.476,38	1.322.776,55	99,19%	1.281.548,44	96,10%	1.280.807,21	96,05%

Fonte: SIAFI 31/01/2011

A Divisão de Desenvolvimento constitui-se na maior divisão da SR-19, isto porque conta com o maior número de servidores e de ações para acompanhamento.

Considerando-se que os trabalhos de grande parte dos servidores dependem de visitas e acompanhamento nas áreas de assentamento, é indispensável que esta divisão viabilize a ida a campo de seus servidores. No caso específico do Programa de Crédito Instalação, é fundamental o acompanhamento junto às famílias assentadas para a correta destinação do crédito em suas diversas modalidades, a exemplo da Modalidade Aquisição de Materiais de Construção, que é destinada para a aquisição de materiais para a construção das residências nos assentamentos mais novos ou recentemente criados; da Modalidade Apoio Inicial, que possibilita a compra de cestas básicas e implementos agrícolas (equipamentos, arame, carros-de-boi, animais, etc.); da Modalidade Adicional do Semi-Árido, que permite a construção de obras que amenizem a situação de escassez de água, comum nos PA's localizados em regiões semi-áridas, viabilizando minimamente o abastecimento hídrico de água potável para as famílias; da Modalidade Recuperação/Aquisição de Materiais de Construção, que contribui para a recuperação das residências com estrutura comprometida, fato que propicia uma melhor qualidade de vida as famílias assentadas; da Modalidade Apoio Mulher, que fomenta as atividades de desenvolvimento e organização das mulheres assentadas, principalmente, na esfera produtiva; e na resolução de problemas diversos, que cotidianamente se estabelecem nas áreas de assentamento e que estão sob a responsabilidade desta Divisão de Desenvolvimento.

Além disso, ações como PAC, Terra Sol e Assistência Técnica e Extensão Rural não tiveram previsão de GAP aprovada/disponibilizada na PO 2010, mas se configuram ações importantes e indispensáveis, sendo que seus custos de acompanhamento ficaram por conta da

Divisão de Desenvolvimento. Portanto, nesta esteira, os recursos demonstrados na execução orçamentária-financeira do quadro supra destinaram-se ao pagamento de diárias a servidores desta Autarquia e de Órgãos (parceiros) da Administração Pública (a saber: IBAMA, IDEMA, Governo do Estado do RN, etc.) que contribuíram especificamente para a aplicação do Crédito Instalação e da fiscalização das obras de infraestrutura; para o pagamento de passagens aéreas no deslocamento de servidores a outros Estados para reuniões de trabalho, Oficinas, Capacitações, etc.; pagamento de aluguel de veículos, manutenção de viaturas, dentre outras despesas administrativas (energia, telefone, material de expediente, etc.).

Outra ação importante que foi desenvolvida pela Divisão de Desenvolvimento, notadamente pelo Setor de Infraestrutura, configura-se no acompanhamento de Convênios e outros instrumentos formalizados com Secretarias do Governo do Estado do RN e outros entes da Administração Pública para a execução de ações estruturantes nos Projetos de Assentamento do estado, com destaque para as obras que visam garantir a segurança hídrica das famílias assentadas.

Uma estratégia que vem sendo utilizada por esta divisão desde o último exercício é a distribuição das equipes de aplicação do Crédito Instalação de acordo com os Territórios da Cidadania (definidos pelo MDA), situação que aperfeiçoou a utilização de recursos uma vez que proporcionou a realização de uma maior quantidade de serviços por deslocamento de cada servidor, assim como, facilitou a resolução de problemas dentro de cada território, pois ficam equipes/técnicos de referência em cada região, ajudando no conhecimento da realidade das mesmas e na resolução dos problemas e conflitos emergentes.

Com base no trabalho desenvolvido por estes servidores em campo foi possível reduzir o passivo de recursos que se encontrava nas contas das Associações de exercícios anteriores e comprometer praticamente todo o recurso recebido por esta Divisão no exercício de 2010, inclusive com a execução de incansável trabalho no acompanhamento das prestações de contas dos créditos aplicados e no destino final dos recursos utilizados.

2.1.4 - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Principais Ações do Programa

2.1.4.4 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011

21	125	A	3	Imóvel	5.654	3.561	62,98%	2.093

Fonte: SIR 2010 e PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
50.886,000	72.581,23	72.017,33	99,22%	69.599,71	95,89%	69.599,71	95,89%

Fonte: SIAF 31/01/2011

O Serviço de Cadastro Rural tem desenvolvido um trabalho com qualidade e funcionalidade, contribuindo cada vez mais para se conhecer uma estrutura fundiária com informações fidedignas, contribuindo para certificar os imóveis rurais para fins de registro imobiliário, controle de terras adquiridas por estrangeiros, controle e limites da Fração Mínima de Parcelamento – FMP e, contribuindo também, com ações de fiscalização cadastral sobre os imóveis flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes e identificando os imóveis passíveis de reforma agrária.

Todas essas ações foram executas e cumpridas procurando atingir a meta estabelecida. São ações que se refletem a longo prazo por armazenamento no SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural de informações para consulta futuras, a médio e curto prazo, para as consultas imediatas , por exemplo, a emissão a qualquer momento do CCIR - Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais, de exigência previsto em Lei.

As Unidades Municipais de Cadastro – UMC formam o elo entre o INCRA – PROPRIETÁRIO - PREFEITURA com um trabalho digno de notas, com informações, distribuição de formulários, recolhimento dos formulários preenchidos e envio para o INCRA. Contribuem, também, alguns municípios com o acesso ao SNCR para consulta, análise e digitação de até 4 módulos fiscais. Para a UMC ter essa qualificação e funcionalidade com competência é necessário treinamento a cada 2 anos, e mantê-los informados com acompanhamento constante. Em 2010 só podemos administrar o treinamento no segundo semestre com pouco resultado a ser demonstrado em 2010.

Para os processos de Fiscalização Cadastral os problemas de execução ocorreram no momento da pesquisa cartorial pela falta de Servidor para atender a demanda que embora reduzida, mas necessária para se evidenciar o destaque do patrimônio público ao particular.

O controle da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros apresenta dificuldade, uma vez que, os imóveis quando chegam ao INCRA para a atualização cadastral já estão adquiridos, com o negócio já realizado, escritura pública de compra e venda e registrado,

divergindo da legislação federal, caracterizando nulidade de pleno direito, por necessidade de autorização prévia do INCRA para a aquisição. Caracterizada a nulidade de pleno direito, tomamos a posição de comunicação a Corregedoria-Geral do Estado solicitando uma ação junto aos cartórios de registro e de notas. Todas essas medidas demandam mão-de-obra e abertura de processo administrativo e suas implicações.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

a) A análise cadastral foi sem dúvidas a ação, que apesar de requerer muita atividade, superou as expectativas, com critica aos dados literais declarados pelos proprietários, referente a seus imóveis rurais e certificando sua regularidade e informações sobre a detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor;

b) Citamos, também, a ação de levantamento de dados e informações in loco nos processos de fiscalização cadastral feito dentro do exercício de 2010, realizadas com sucessos com resultado positivo, com o objetivo de conhecer o cumprimento da função social, levantamento topográfico e sobre o domínio do imóvel;

c) Lançamos para uso em nossa Superintendência um banco de dados capaz de controlar todas as Solicitações de Atualizações Cadastrais – SAC.

Todas as ações de gerenciamento e fiscalização do cadastro rural são prioritárias por se completarem: analise do cadastro rural, pesquisa cartorial, recadastramento de imóveis rurais e terras públicas e de assentamento para titulação, fiscalização cadastral, instalação e capacitação e credenciamento da UMC e outras. Estas ações sempre completam a atualização cadastral que pode ser uma inclusão ou alteração de dados.

2.1.4.5 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibilizá-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	126	A	4	Sistema	0	0	0	0

Fonte: SIR 2010 e PO 2010.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAF 31/01/2011

Esta Superintendência Regional não realiza esta ação, motivo pelo qual não existem metas previstas e descentralização orçamentário-financeira

2.1.4.6 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o

Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxilio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema

de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Marcelo José Pereira da Cunha

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	A	3	Hectares	0	0	0	0

Fonte: SIR/2010 e PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
0	21.197,35	21.197,35	100%	17.272,63	81,48%	12.272,63	57,89%

Fonte: SIAFI 31/01/2011

Cumprimento das metas físicas:

Este trabalho consiste em ocupação dos pontos definidores do imóvel, isto é, as coordenadas planimétricas dos vértices definidores do imóvel devidamente acordado com os confrontantes, devem ser determinados através de rastreamento de sinais de satélites com auxilio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e sensoramento remoto, formando o Sistema de Informações Geográficas – SIG, está sendo possível dar melhor qualidade as informações cadastrais, justificando, assim, a realização desse trabalho inseridos nas metas de

2009, ampliando, assim, a área que irá integrar as informações georreferenciadas junto aos serviços de registros de imóveis e demais entes públicos.

Realizou-se o georreferenciamento, através de empresas contratadas por licitação, de trinta e dois Projetos de Assentamento, totalizando 71.543,11 hectares.

Foi dada continuidade ao Convênio celebrado com o Órgão de Terras do Estado do Rio Grande do Norte em 2007, onde no ano de 2010 foram executados os trabalhos de escritório com elaboração de peças técnicas (plantas e memorial descritivos) referente aos imóveis georreferenciados em anos anteriores.

Principais problemas:

Não houve nivelamento de informações entre o INCRA/RN e o Órgão de Terras do Estado sobre o desenrolar das atividades conveniadas. Dessa forma a fiscalização e o monitoramento por parte do INCRA/RN ficaram prejudicados, o que não propiciou a gestão adequada dos dados produzidos na execução dos trabalhos.

Detalhamentos:

a) O fluxo dos processos entre os Serviços/Seções (cadastro rural, cartografia e comitê de certificação) dentro da própria Superintendência e entre as Superintendências propiciou o aumento qualitativo das informações cadastrais, e consequentemente um cadastro rural mais consistente.

b) **Contratações e Parcerias**: em anos anteriores foram contratados através de convênios o Governo do Estado – Órgão de Terras do Estado, para cadastrar e georreferenciar os imóveis rurais dos municípios de Touros e Pureza; os municípios que serão banhados pelo canal do Rio São Francisco; e os municípios que compõem as bacias dos rios Piranhas Açu e os Rio Apodi/ Mossoró.

c) Transferências: Foi transferido para o Órgão de Terras do Estado o valor de R$ 1.616.019,22, como terceira e última parcela do convênio nº 21000/2007 para realizar o georreferenciamento e cadastro dos imóveis rurais. Esses recursos foram importantes para o Órgão de Terras do Estado que, só assim, terá oportunidade de concluir o trabalho iniciado em 2007.

Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	A	3	Imóvel	122	0	0%	122

Fonte: SIR/2010 e PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
50.000,00	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI 31/01/2011

A Ação de Regularização Fundiária objetiva regularizar o domínio da terra junto ao posseiro detentor que não possui o título da terra. Com a situação jurídica resolvida o posseiro se habilita aos programas sociais do governo federal, estadual e municipal, significando uma grande conquista para esse beneficiário. No estado do Rio Grande do Norte há quase trinta anos que não se falava nesse tipo de inclusão social.

a) **Contratações e Parcerias** – As parcerias da regularização fundiária são feitas com a SEARA – Órgão de Terra do Estado, considerando que as terras são de propriedade do Estado, logo, é quem tem o dever de titular as famílias que detém a posse da terra, restando ao INCRA, apenas, o repasse da maioria dos recursos necessários à realização dos trabalhos.

b) **Principais resultados/Cumprimento das metas Físicas –** Com o convênio firmado entre o INCRA/RN e SEARA – Secretaria de Assuntos Fundiários e Apoio a Reforma Agrária do RN (CRT/RN 21.000/2007), aberto em dezembro de 2007 e ainda em vigência, cujo objetivo é o georreferenciamento, atualização dos cadastros e medição das

áreas de 21 municípios, totalizando 16.518 imóveis, por último, a regularização com entrega dos títulos aos seus legítimos detentores. Para agilidade do processo, os municípios foram agrupados em 08 lotes A meta para o ano de 2.010 era a entrega de 126 títulos de terras, pois em virtude do longo período que demanda um processo de regularização dentro da SEARA, não foi possível um número expressivo de títulos para o ano-base 2010. O lote referente ao município de Apodi teve os títulos emitidos, num total de 1.604, cumprindo a meta estabelecida de 126 títulos.

c) **Principais Problemas** – Dentro do contexto do convênio entre direitos e deveres, a convenente não se instalou convenientemente para atender a demanda prevista no convênio, com baixo efetivo de colaboradores, maquinas, viaturas, etc., de maneira que, existe uma carência de informação, nos moldes do monitoramento requerido pelo INCRA, dando a impressão que os produtos dos convênios não foram realizados. Como um segundo problema, podemos citar a sensibilidade da população no que tange a compreender o trabalho a serem realizados, alguns com desconfiança e outros com baixo nível de tolerância. No ano de 2010, Um terceiro problema foi verificado em grande parte também pelas mudanças no governo estadual em virtude de eleições, o que acarretou mudança de secretário e equipe, atrasando o andamento do cronograma de trabalho. Como maneira de agilizar a análise dos cadastros literais dos imóveis, o INCRA fiscalizou in-loco na SEARA cerca de 3.000 imóveis (18% do total da meta), implantando parte destes do SNCR – Sistema Nacional de cadastros Rurais e devolvendo as inconsistências para devidas correções.

d) O recurso de R$ 12.272,00 foi utilizado em pagamento de diárias da UMC-Unidade Municipal de Cadastro de Mossoró/RN, na oportunidade de sua convocação para análise e implantação no SNCR dos cadastros literais mencionados no item “c” acima.

Como vantagem neste ato de firmar convênios entre o INCRA/RN e a SEARA consideramos:

1 - O estreitamento das relações institucional entre esferas de governo servem de melhoramentos para estrutura o Governo Estadual, na parte tecnológica, na capacitação de seu corpo técnico.

2.1.4.7 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
0	0	0	0	0	0	texto	0	0

Fonte: SIR 2010 e PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial/2010

Esta Superintendência Regional não realiza esta ação, motivo pelo qual não existem metas previstas e descentralização orçamentária/financeira

2.1.4.8 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
0	0	0	0	0	0	ha	0	0

Fonte: SIR 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI 31/11/2011

Esta Superintendência Regional não realiza esta ação, motivo pelo qual não existem metas previstas e descentralização orçamentária/financeira.

2.1.4.9 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
16.375,00	134.395,07	112.887,56	83,99%	80.792,18	60,11%	80.792,18	60,11%

Fonte: SIAFI 31/01/2011

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, de acordo com a organização administrativa da Superintendência, contribui com as despesas administrativas da SR-19 como um todo, destinando seus recursos administrativos em atividades meio da autarquia tais como: manutenção de viaturas; compra de passagens e combustível; pagamento de diárias; aquisição de equipamentos e softwares.

2.1.5 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo[2]

Principais Ações do Programa

2.1.5.4 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

[2] Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	128	A	3	Servidor	71	44	61,97%	27

Fonte: SIR/2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
67.237,00	115.264,10	105.958,71	91,92%	78.510,41	68,11%	78.510,41	68,11%

Fonte: SIAFI 31/01/2011

As ações de capacitação seguem as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.707/2006, o qual instituiu as bases para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal, autárquica e fundacional e trouxe como novidade o modelo de Gestão por Competências.

Nesta Superintendência as ações de capacitação foram implementadas no sentido de aperfeiçoar continuamente os servidores em suas respectivas áreas de atuação, observando as prioridades determinadas pelas divisões responsáveis pela implementação dos programas/ações a serem desenvolvidas para consecução dos objetivos da Autarquia.

Deste modo, esta ação priorizou o atendimento a demanda, tendo como mais significativo o curso de *Microstation* Básico, que capacitou profissionais/servidores das três divisões desta Superintendência Regional.

QUADRO CURSOS DE CAPACITAÇÃO – SERVIDORES SR/19 -RN		
CURSO	**SERVIDOR**	**h/a**
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU ESPECIALIZAÇÃO EM AVALIAÇÕES E PERÍCIAS DE ENGENHARIA	Hélio José de Penha Filgueira Pinheiro	400
	Ailton Alexandre da Silva	400
CURSO DE CAPACITAÇÃO AS INSTRUÇÕES NORMATIVAS 480/04, 539/05 E A NOVA IN RFB N º971	Jansen Ribeiro	16h
CAPACITAÇÃO EM ANÁLISE EM PONTOS DE FUNÇÃO VERSÃO 4.3	João Gregório Alves	16h
CURSO DE FISCALIZAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA	Ailton Alexandre da Silva	44
	Alexandre Rezende Aidar	44

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL	Carlos Antônio Lopes	44
	Eugênio Marinho de Oliveira	44
	Franscisco de Assis Martins	44
	Francisco Rodrigues Filho	44
	Franscisco Sinete de Morais	44
	Francisco Sueudo Eufrásio Bezerra	44
	Gilton Bezerra de Góis	44
	Hélio José da Penha Filgueira Pinheiro	44
	Ismael Viriato de Souza	44
	Ivalnaldo Martins Formiga Júnior	44
	José Barbosa Lucena Júnior	44
	José Erivan Torquato	44
	José Leonardo Guedes Bezerra	44
	Manoel Neto Souza	44
	Marcílio de Lima Rocha	44
	Pompeu de Medeiros Jácome	44
SIAF GERENCIAL	Leilianne Gurgel D'Ávila	32
CURSO DE MICOSTATION V8 BÁSICO	Ana Lúcia Fernando Campos	30
	Evandro Wagner Lopes	30
	Roberto Máximo de Lima Jr.	30
	Carlos Antônio Lopes	30
	Ivanildo Martins Formiga Jr.	30
	Francisco Sinete de Morais	30
	Ivan Brito	30
	Divino Alves Estrela	30
	Maria Auxiliadora de Souza Silva	30
	Djalma Bandeira	30
	Francisco Carlos Lago Picado	30
	Maria Cândida Cerqueira	30
	Paulo Henrique Melo do Nascimento	30
	Naide Nadja de Carvalho	30
	Maria Mabel dos Santos Costa	30
	Antônio Cândido Ribeiro	30
	Wagner Ribeiro da Silva	30
	Ailton Alexandre da Silva	30
	Hélio José Pinheiro	30

Fonte: Recursos Humanos/Planejamento/SR-19

2.1.6 Programa 1120 – Paz no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.[3]

Principais Ações do Programa

[3] Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.1.6.4 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seu acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando à capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicologica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	A	3	Família	196	10.551	5.383%	10.355

Fonte: SIR 2010 e PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
22.000,00	66.500,00	57.232,20	86,06%	53.135,27	79,90%	53.135,27	79,90%

Fonte: SIAFI 31/01/2011

Inicialmente a meta prevista para esta SR seria de 196 famílias, entretanto com o aumento crescente de famílias acampadas no interior do estado e mesmo em relação aos

exercícios anteriores, esta Superintendência vem acompanhando em média 3.200 (três mil e duzentas) famílias por etapa de distribuição, variando para mais ou para menos de acordo com o surgimento de novos acampamentos ou extinção de outros, e dessa forma sendo atendido ao longo do ano de 2010 o total de 10.551 famílias, ultrapassando assim a meta prevista inicialmente.

Cada família recebe uma cesta pesando entre 20 e 24 quilos, esta variação de peso é de acordo com a época de entrega e a disponibilidade dos itens que compõe a cesta de alimentos que são: 10 kg de arroz, 3 kg de feijão, 1 kg flocos de milho, 2 kg de farinha de mandioca, 2 latas de óleo de soja, 2 kg de açúcar, 1 kg de macarrão e 1 kg de leite em pó integral.

A compra e a armazenagem são de responsabilidade da CONAB, e somente após a emissão das notas fiscais que a distribuição das cestas de alimentos passa ser de responsabilidade do INCRA, que faz a entrega imediatamente após o faturamento, em cada acampamento que esteja autorizado.

Para realizar as entregas nos acampamentos é utilizado um caminhão baú para transportar os alimentos e um automóvel que fica no apoio logístico, além de um motorista e um técnico responsável pelo gerenciamento e controle de todas as entregas.

A seguir a relação dos acampamentos e os respectivos municípios inicialmente atendidos em 2010.

Acampamento	**Município**	**N° de Famílias**
Emparn/Nova Descoberta	Apodi/RN.	66
Boa Sorte	Assu/RN.	60
Coração de Jesus	Assu/RN.	101
Faz. Dunas/Ac. Vitória	Areia Branca-Moss/RN.	197
Fazenda Garavelo (Km-13 Areia Branca)	Areia Branca/Moss/RN.	20
Fazenda Garavelo IV	Areia Branca/Moss/RN.	18
Fazenda Garavelo (Ass. Vila Roraima)	Areia Branca/Moss/RN.	23
Rosa Luxemburgo	Carnaubais/RN.	120
Brasil Novo II	Mossoró/RN.	109
Santa Júlia	Mossoró/RN.	147
Cheiro da Terra/Barrinha/São João/STR	Mossoró/RN.	83
Cirilo de Oliveira Neto	Mossoró/RN.	284
Serrote do Pote	Mossoró/RN.	72
Paulo Freire III	Boa Saúde/RN.	41

José Martí	Canguaretama/RN.	100
Maria das Graças	Sen. Eloi de Souza/RN.	25
Pequena Vanessa	Sen. Eloi de Souza/RN.	33
Anita Garibaldi	São Tomé/RN.	280
Alto da Felicidade	Macaíba/RN.	169
17 de Abril	Macaíba/RN.	34
Josué de Castro	Macaíba/RN.	67
São José	Macaíba/RN.	28
Libertação-Alta da Felicidade	Macaíba/RN.	60
Antonio Conselheiro	Macaíba/RN.	18
Canudos (Faz. Lagoa do Peixe)	Macaíba/RN.	60
Fidel Castro	Montanhas/RN.	37
Irmã Adelaide	Nova Cruz/RN.	35
Chico Mendes II	Nova Cruz/RN.	110
Encruzilhada Potiguar	Bento Fernandes/RN.	31
Carlos Marighela	Ceará Mirim/RN.	45
Josué de Castro II	Ceará Mirim/RN.	22
Resistência Camponesa	Ceará Mirim/RN.	112
Irmã Dorothy	Ceará Mirim/RN.	80
Chico Santana	Ceará Mirim/RN.	80
Paulo Freire II	Jardim de Angicos/RN.	26
Belo Monte	Maxaranguape/RN.	52
São Sebastião	Maxaranguape/RN.	45
Nova Esperança	Poço Branco/RN.	40
Fidel Castro II	Touros/RN.	173
Sítio Souza	Touros/RN.	26

Como informado anteriormente, no estado do Rio Grande do Norte existe em média 3.200 famílias acampadas e o INCRA distribuiu várias etapas de cestas de alimentos e mais um saldo remanescente destas etapas, totalizando assim 10.551 famílias que foi a meta atingida no ano de 2010.

2.1.7 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.[4]

Principais Ações do Programa

2.1.7.4 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	P	3	Comunidade	0	2	200%	0

Fonte: SIR 2010 e PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
160.000,00	15.200,00	14.195,00	93,38%	11.159,24	73,41%	11.159,24	73,41%

Fonte: SIAFI 31/01/2011

[4] Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Primeiramente, cabe a análise crítica da discrepância dos valores previstos na PO 2010 e os efetivamente utilizados na ação. Tal situação ocorreu principalmente porque em 2010 alguns processos atingiram fases procedimentais com as quais a Superintendência do Rio Grande do Norte jamais tivera contato (emissão de Decretos Presidenciais declaratórios de interesse social em propriedades inseridas em territórios quilombolas, ajuizamento de Ações Desapropriatórias de propriedades inseridas em territórios quilombolas), podendo-se estender esta falta de experiência a toda estrutura do INCRA.

Somado a isso, a mudança da legislação sobre os temas referidos anteriormente – notadamente a emissão da IN conjunta DF/DT nº 03/2010, que em alguns casos fez com que alguns procedimentos já realizados tivessem que ser alterados – contribuiu para que 2010 fosse um ano majoritariamente voltado à discussão interna de procedimentos do que de efetiva implementação prática da ação. Não obstante, foram emitidos e publicados em 2010 dois Decretos Desapropriatórios de propriedades de não-quilombolas inseridas em territórios quilombolas (Jatobá e Acauã).

Dessa forma, houve intenso trânsito de processos entre a Divisão de Obtenção de Terras, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária e a Procuradoria Federal Especializada desta Superintendência com o intuito de produzir Pareceres e Informações sobre as novas situações processuais; bem como em alguns casos, entre a SR-19 e a Sede do INCRA em Brasília para esclarecimento de impasses e dúvidas identificadas pela SR-19 no fluxo procedimental dos processos de titulação de territórios quilombolas. Por isso tem-se a aparente impressão de inércia nos processos e de reduzida utilização dos recursos financeiros, porém obteve-se um ganho na condução e na padronização do fluxo processual, que gerará celeridade e segurança nos procedimentos futuros.

Ainda assim, em 2010 o setor quilombola da SR-19 desenvolveu as seguintes atividades:

- Notificação de ocupantes não quilombolas e confinantes para ciência de abertura de prazo para apresentação de contraditório em face dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) dos quilombos de Capoeiras (Macaíba - RN) e Macambira (Lagoa Nova-RN);
- Avaliação das propriedades declaradas como de interesse social incidentes no Território Quilombola de Jatobá (Patu-RN); e
- Georreferenciamento do perímetro do Território Quilombola de Jatobá (Patu-RN).

2.1.7.5 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIR 2010 e PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI 31/01/2011

O Setor Quilombola da SR-19 não utilizou recursos financeiros desta ação tendo em vista que o processo de titulação de territórios quilombolas consiste em um conjunto de procedimentos e atividades muito complexo, com sucessivas etapas encadeadas entre si. A indenização dos ocupantes de áreas incidentes em territórios quilombolas representa a última etapa do procedimento, anterior apenas à titulação do território. Isto posto, destaca-se que na SR-19, nenhum dos processos de titulação de territórios quilombolas alcançou esta etapa e por isso os recursos não foram utilizados. Ressalta ainda lembrar que a titulação de territórios

quilombolas pode durar anos devido às inovações e complexidades inerentes ao seu processo e impostas pela legislação vigente.

Cabe relatar que no ano de 2011 tem-se grande expectativa de se indenizar os primeiros proprietários não-quilombolas no Rio Grande do Norte, pois dois processos de titulação estão na iminência do ajuizamento das ações de desapropriação referentes às propriedades de não-quilombolas incidentes nos territórios.

2.1.8 Programa 1350 – Educação no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.[5]

Principais Ações do Programa

Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sóciopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

[5] Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	363	A	3	Texto	0	0	0	0

Fonte: SIR 2010 e PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial 2010

Antes de qualquer consideração, é importante frisar que no exercício de 2010 não houve metas para o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONERA) no âmbito da SR/19. Desse modo, as ações desenvolvidas pela equipe do Programa foram no sentido de acompanhar os convênios firmados em 2005 e ainda vigentes, cujos objetos eram a oferta de curso de Pedagogia da Terra (CRT 89.000 e CRT 98.000), em parceria com a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – duas turmas, totalizando 156 alunos – e o curso de Enfermagem concomitante com Ensino Médio (CRT 91.000), em parceria com a Escola de Enfermagem de Natal/EEN, instituição ligada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), planejado para beneficiar 36 alunos.

Além disso, foram implementadas ações no sentido de finalizar o convênio CRT 39.000/2006, cujo objeto era, em parceria com a UFRN, ofertar o curso de Pedagogia da Terra. Esse convênio foi distratado pelas partes e a Universidade propôs junto ao INCRA retomar as atividades através de Termo de Cooperação. No entanto, apesar de todos os esforços empreendidos, o curso de Pedagogia da Terra, em decorrência da morosidade dos procedimentos burocráticos, não teve suas atividades retomadas através do mencionado instrumento.

Do ponto de vista da execução física dos mencionados convênios e conseqüente beneficiamento do público proveniente da Reforma Agrária, em última análise a razão de ser da nossa atuação profissional, apesar das dificuldades inerentes a qualquer processo que envolve parcerias, podemos concluir dizendo que houve significativos avanços: o curso de Enfermagem foi concluído em maio de 2010, com 36 alunos formados; os dois cursos de Pedagogia da Terra com a UERN andaram de acordo com o cronograma previsto, estando as duas turmas com a formatura marcada para 18 de março de 2011); os procedimentos relativos ao distrato do convênio CRT 39.000/2006 foram finalizados, tendo o pacto sido rescindido em dezembro de 2010; as prestações de contas dos convênios encerrados tiveram significativo avanço e, finalmente, os procedimentos relativos à formalização do Termo de Cooperação para a retomada do curso de Pedagogia da Terra com a UFRN estão seguindo normalmente, com previsão de retorno das atividades do referido curso para março de 2011.

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas;

promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
25.000,00	46.195,00	39.028,00	87,48%	33.514,22	72,54%	33.514,22	72,54%

Fonte: SIAFI 31/01/2011

As ações implementadas durante o ano de 2010, foram de fiscalização e acompanhamento de convênios celebrados em anos anteriores, através de visitas *in loco* para acompanhar os estudantes durante o tempo-comunidade e o tempo-escola; reuniões com as coordenações dos cursos e reitorias das universidades com o objetivo de resolver entraves; mobilização dos alunos com vistas na retomada das atividades do curso que vinha sendo ofertado através do convênio CRT 39.000/2006 e que continuaria através de Termo de Cooperação; participação nas cerimônias de conclusão do curso de Enfermagem; participação de reuniões do Conselho Estadual de Educação do Campo.

Além disso, com o intuito de acelerar o processo de conclusão das prestações de contas dos convênios já encerrados, pudemos contar com a participação de servidores da Superintendência Regional do INCRA na Paraíba, que estiveram na SR 19 por 3 ocasiões.

Por último, podemos citar nossa participação na oficina de capacitação ocorrida em Brasília, no primeiro semestre, e oferecida aos asseguradores do PRONERA de todas as SR's, e no Seminário Nacional do PRONERA, ocorrido também em Brasília, no segundo semestre. Neste, além dos asseguradores do programa na SR, participaram também representantes dos alunos, das coordenações e dos professores dos convênios vigentes.

2.1.9 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo[6]

Principais Ações do Programa

[6] Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.1.9.4 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	606	A	3	Familia	2.347	0	0	2.347

Fonte: SIR 2010 e PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
2.599.214,00	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI 31/01/2011

Antes de tratar da tentativa de cumprimento da meta estabelecida para o exercício de 2010, é importante frisar a respeito de como caminhou em 2010 a ação de Assistência Técnica e Capacitação de Assentados. Em 2010 havia 13 contratos formalizados oriundos de três processos de licitação, sendo um ocorrido em 2008 e dois em 2009.

Os primeiros contratos foram formalizados em dezembro de 2008 com a instituição Ápice, depois de um processo licitatório em que esta instituição venceu em 03 (três) lotes. Em fevereiro de 2010, estes contratos foram renovados para execução de mais um ano de assistência técnica, porém, por conta de alguns problemas na documentação dos profissionais da empresa contratada, os contratos foram suspensos e depois cancelados em meados de 2010.

Nos outros dois processos licitatórios para contratação de serviços de Assistência técnica, que ocorreram em 2009, foram contratadas mais 08 (oito) lotes. No primeiro processo licitatório de 2009 foram contratadas 05 (cinco) empresas para a prestação dos serviços em 7 (sete) lotes, onde passaram a atender 5.281 famílias, sendo este serviço inicializado em agosto de 2009. No segundo processo foram contratadas mais 03 (três) cada uma com um lote, beneficiando 1.742 famílias, porém, como a formalização destes últimos só ocorreu em dezembro de 2009, suas execuções iniciaram somente em janeiro de 2010, com desfalque de uma empresa contratada (AACC), que antes de iniciar os trabalhos manifestou seu desinteresse em dá início aos trabalhos e o contrato foi cancelado.

Abaixo estão três quadros que contém informações de cada um dos contratos vigentes em 2010.

CONTRATOS FORMALIZADOS EM DEZEMBRO DE 2008 E RENOVADOS EM FEVEREIRO DE 2010

Entidade	CNPJ	LOTE	Nº DE PA's	Nº DE FAMÍLIAS	Nº DE PDA's	Nº DE PRA's	Nº DE TÉCNICOS	VALOR DO CONTRATO (R$)
APICE	07.179.596/0001-88	4	15	693	0	6	8	546.749,67
APICE	07.179.596/0001-88	5	9	529	0	2	6	402.774,51
APICE	07.179.596/0001-88	8	8	427	2	1	5	325.823,13
SUBTOTAL			**32**	**1649**	**2**	**9**	**19**	**1.275.347,31**

CONTRATOS FORMALIZADOS EM 2009 COM VIGÊNCIA ATÉ JULHO DE 2010

Entidade	CNPJ	LOTE	Nº DE PA's	Nº DE FAMÍLIAS	Nº DE PDA's	Nº DE PRA's	Nº DE TÉCNICOS	VALOR DO CONTRATO (R$)
ANGRA	05.640.798/0001-50	6	12	575	1	1	7	441.510,48
ANPAC	07.124.218/0001-05	1	13	1125	1	4	13	897.061,44
APICE	07.179.596/0001-88	7	8	657	1	1	7	540.354,72
ATOS	03.685.425/0001-70	17	15	863	5	4	11	712.222,80
ATOS	03.685.425/0001-70	19	13	686	3	1	8	535.885,20
IDE	40.986.119/0001-08	2	12	631	2	1	9	581.085,36
IDE	40.986.119/0001-08	2	5	744	0	0	8	470.845,89
SUBTOTAL			**78**	**5281**	**13**	**12**	**63**	**4.178.965,89**

CONTRATOS FORMALIZADOS EM 2009 COM VIGÊNCIA ATÉ DEZEMBRO DE 2010

Entidade	CNPJ	LOTE	Nº DE PA's	Nº DE FAMÍLIAS	Nº DE PDA's	Nº DE PRA's	Nº DE TÉCNICOS	VALOR DO CONTRATO (R$)
APICE	07.179.596/0001-88	1	7	587	3	1	6	477.641,04
AACC	09.390.295/0001-24	2	6	594	2	0	7	466.943,56
CEAHS	02.761.607/0001-10	3	6	561	0	2	6	426.117,60
SUBTOTAL			**19**	**1742**	**5**	**3**	**19**	**1.370.702,20**
TOTAL GERAL			**129**	**8672**	**20**	**24**	**101**	**6.825.015,40**

Observa-se nos quadros acima que em 2010 havia 13 contratos vigentes na perspectiva de atender 8.672 famílias. Com exceção dos contratos estabelecidos com a Ápice e com a AACC, todos foram executados até o último mês de sua vigência.

Esses contratos executados até o último mês de sua vigência tinham possibilidade de renovação, porém, por ocasião da regulamentação da Lei nº 12.111, que trata da chamada pública de projetos para contratação de prestadoras de serviços de assistência técnica e extensão rural, esta Superintendência Regional optou por não renovar os contratos e realizar a chamada pública.

Portanto, visando cumprir a meta estabelecida para 2010, que seria 2.347, a Superintendência Regional do INCRA do Rio Grande do Norte ofereceu por meio de chamada pública vinte e oito “lotes” para contratar empresas para a prestação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nos projetos de assentamento, conforme resume quadro abaixo:

Lote	Nº de Assentamentos	Total de famílias	Composição de Profissionais			Valor do Lote
			Superior	Médio	Total	
01	13	1.079	05	08	13	1.180.137,11
02	14	792	03	06	09	797.525,28
03	10	734	03	06	09	794.273,33
04	08	616	03	04	07	662.535,45

05	05	505	03	03	06	582.533,03
06	13	591	03	04	07	683.776,30
07	10	479	03	02	06	581.731,07
08	07	407	03	02	05	536.733,36
09	11	623	03	04	07	656.521,17
10	07	441	03	02	05	529.105,28
11	08	635	03	04	07	663.248,21
12	10	547	03	03	06	634.837,69
13	06	631	03	04	07	670.901,13
14	10	593	03	04	07	689.022,57
15	06	416	03	02	05	552.391,82
16	05	792	03	06	09	798.042,30
17	02	514	03	04	07	675.097,36
18	12	602	03	04	07	660.089,40
19	09	725	03	06	09	813.075,40
20	12	678	03	05	08	728.721,59
21	07	597	03	04	07	672.603,52
22	17	925	04	07	11	1.007.162,42
23	13	538	03	03	06	588.385,40
24	06	519	03	07	06	587.795,50
25	12	631	03	04	07	659.127,02
26	11	574	03	04	07	669.805,92
27	01	545	03	03	06	586.640,40
28	01	533	03	03	06	586.042,03
TOTAL	**245**	***17.322***			***204***	**19.247.861,05**

Neste processo 7 (sete) empresas apresentaram propostas para atuarem em 15 (quinze) lotes ofertados. Após análise minuciosa das propostas apresentadas, os membros da Ordem de Serviço nº 146/2010/INCRA/SR-19/G concluíram por diversos motivos que nenhuma das propostas encontrava-se apta à contratação.

Depois deste resultado, as prestadoras de serviço de assistência técnica foram convidadas para um dia de discussão sobre o edital e estimuladas a apresentarem propostas para um novo edital de chamada pública que está em elaboração e previsto para publicação em 2011.

2.1.9.5 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
219.028,00	260.357,66	256.532,59	98,53%	247.006,97	94,87%	246.031,82	94,49%

Fonte: SIAFI 31/01/2011

O quadro acima revela a provisão recebida pela Superintendência Regional a título de Gestão de Apoio do Programa, que contou com 13 (treze) servidores no acompanhamento e fiscalização dos contratos. As ações desenvolvidas no exercício de 2010 foram provenientes de contratos firmados nos exercícios de 2008 e 2009.

As citadas ações foram objetos de contratos renovados em fevereiro de 2010 para execução de mais um ano de assistência técnica, porém, conforme já mencionado, por problemas na documentação dos profissionais da empresa contratada, os contratos foram suspensos e depois cancelados no final do referido exercício. Paralelo a isso, foram executadas ações dos outros dois processos licitatórios para contratação de serviços de Assistência técnica, que ocorreram no final do exercício de 2009, o qual ensejou na contratação de mais 08 (oito) empresas para execução de ações em 10 (dez) lotes.

Portanto, no exercício de 2010 havia 13 (treze) contratos formalizados oriundos de três processos de licitação, sendo um ocorrido em 2008 e dois em 2009, isso até julho. Daí, considerando a necessidade de realizar fiscalização e acompanhamento dos contratos vigentes no exercício 2010, justificamos a utilização dos recursos recebidos a título de Gestão de Apoio do referido Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura, com sua utilização basicamente no pagamento de diárias para os fiscais dos contratos, manutenção e locação de viaturas, dentre outros.

Percebe-se ainda que não fora utilizada a totalidade dos recursos disponíveis para esta ação, este fato se deve ao motivo de não ter sido possível a prorrogação/contratação dos serviços de ATES no RN, mesmo havendo sido realizada Chamada Pública por esta Regional para este fim, onde foram disponibilizados 28 (vinte e oito) lotes, que no caso de concretizados os contratos atenderiam todas as mais de 20.000 famílias com condições de ter acesso ao referido Programa.

Para o próximo exercício, esta Superintendência pretende reformular o Edital de Chamada Pública, melhor adequando-o à realidade desta Regional, visando contratar os serviços de ATES para as famílias assentadas no RN.

2.1.10 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.[7]

Principais Ações do Programa

2.1.10.4 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e

[7] Não se aplica à natureza jurídica da UJ

edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R$(a)	R$(b)	R$(c)	% (d=c/b)	R$(e)	% (f=e/b)	R$ (g)	% (h=f/b)
1.550.000,00	2.972.822,90	2.705.806,66	91%	1.275.293,09	42,90%	1.275.293,09	42,90%

Fonte: SIAFI 31/01/2011

Os recursos disponibilizados nessa ação priorizaram, principalmente, os compromissos assumidos pela autarquia junto aos credores dos contratos de duração continuada, bem como o custeio das despesas operacionais concernentes ao funcionamento da unidade e de suporte para o desempenho das atividades das áreas finalísticas. Contudo, de modo específico, no exercício de 2010, boa parte destes recursos custeou as ações pertinentes à mudança de sede desta superintendência, perfazendo uma média de 48% das despesas empenhadas.

Nesse contexto, os recursos do exercício de 2010 foram aplicados na execução de várias despesas tais como: diárias de servidores; aquisição de materiais de expediente e permanente; aquisição e emprego de outros materiais destinados a manutenção dos bens móveis e imóveis/instalações; passagens para deslocamento dos servidores; prestação dos serviços de manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis; serviços de comunicação em geral; telecomunicações; consumo de água tratada e canalizada; consumo de energia elétrica; aquisição de gêneros alimentícios; pagamento de taxas em razão do poder de polícia e de obrigações tributárias e contributivas; continuidade das obras de edificação da nova sede administrativa e aquisição de materiais permanentes para provê-la: mobiliário, central telefônica, controlador central de acesso à rede wireless, estabilizadores de grande porte, nobreak 10 Kvas etc.

Destacam-se os gastos com locação de mão-de-obra (natureza de despesa 339037), em média 34% das despesas empenhadas; com serviços de terceiros pessoa jurídica (natureza de despesa 339039), em média 33%; e com equipamento e material permanente (natureza de despesa 449052), em média 26%.

Os gastos acima destacados foram decorrentes, na natureza de despesa 339037, da existência de 5 (cinco) contratos administrativos de terceirização de mão de obra, compreendendo um total geral de 40 (quarenta) pessoas, assim discriminados: 1 (um) analista sênior, 1 (um) técnico de manutenção de hardware, 1 (um) administrador de redes, 7 (sete) operadores de internet, 13 (treze) operadores de micro, 01 (um) operador de máquina xerox, 9 (nove) vigilantes, 5 (cinco) auxiliares de serviços gerais e 2 (duas) telefonistas; na natureza 339039, de 4 (quatro) contratos celebrados no âmbito das telecomunicações, sendo dois de telefonia fixa (longa e curta distância) e dois de telefonia móvel (longa e curta distância), de um contrato para fornecimento de energia elétrica e outro para abastecimento de água tratada e encanada nos três prédios de propriedade desta Regional, bem como do contrato para instalação de divisórias, painel e persianas na nova sede administrativa; e quanto às despesas na natureza 449052, deve-se, na maior parte, às aquisições supra citadas para a nova sede.

Elucidamos que o principal motivo para a significativa diferença entre o valor empenhado e o liquidado nesta ação é o fato de a maior porção dos recursos empenhados para custeio das despesas com as ações necessárias para a mudança da sede administrativa ter sido inscrita em restos a pagar não processados e, portanto, sem liquidação, uma vez que a prestação do serviço e/ou entrega do material não foi realizada por completo, pois a maioria dos certames licitatórios ocorreram no final do exercício. Outrossim, houve algumas outras despesas de caráter continuado que não puderam ser pagas até o fim do ano de 2010, ou por entrega tardia das faturas e documentos instrutórios do pagamento ou por não conclusão da prestação do serviço, resultando, também, na inscrição destes empenhos em restos a pagar.

Por fim, cumpre informar que durante todo o exercício de 2010 tivemos dificuldade para quitação dos compromissos assumidos, haja vista a descentralização tardia dos recursos tanto orçamentários como financeiros, ocasionando transtornos operacionais e descrédito junto aos contratantes.

2.2 Desempenho Orçamentário/Financeiro

Esta Superintendência Regional não é unidade orçamentária, portanto, toda sua descentralização orçamentária financeira ocorre via Ministério do Desenvolvimento Agrário

2.4 Programação Orçamentária

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

2.4.1.1 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos					
	Recebidos	373001	492010927200890181	2.393,20	-	-
			492012112201352272	-	-	714.927,77
			492012112201372272	-	-	1.146.436,30
			492012112201382272	-	-	131.895,07
			492012112207502000	-	-	1.996.409,70
			492012112213502272	-	-	46.195,00
			492012112214272272	-	-	260.357,66
			492012112501382105	-	-	72.581,23
			492012112501384426	-	-	21.197,35
			492012112713361642	-	-	15.200,00
			492012112801394572	-	-	115.264,10
			492012163101358374	-	-	437.590,52
			492012163101358384	-	-	31.914,00
			492012163101358387	-	-	151.485,00
			492012163101372B06	-	-	25.308,30
			492012163101374358	-	-	42.100,00

			492012163101378396	-	-	121.000,00
			492012163101378398	-	-	519.206,26
			492012163111202109	-		66.500,00
Externa	**Concedidos**					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		**UG concedente ou recebedora**	**Classificação da ação**	**Despesas de Capital**		
				4 - Investimentos	**5- Inversões Financeiras**	**6 – Outras Despesas de Capital**
Interna	**Concedidos**					
	Recebidos	373001	492012112201372272	187.040,08	-	-
			492012112201372272	2.500,00	-	-
			492012112207502000	976.413,20	-	-
			492012163101354460		1.592.682,51	
			492012163101370427		17.074.509,00	
Externa	**Concedidos**					
	Recebidos					

Fonte: Sistema SIAFI

1 – Todos os Créditos utilizados por nossa Unidade Gestora foram oriundos de provisões concedidas pela nossa sede. Em análise a tais valores, observasse que em torno de 75% destes são destinados a concessão de crédito aos assentados de reforma agrária e para oferecer serviços de assistência técnica aos Assentamentos.

2 – Um dos entraves observados na execução dos recursos transferidos é a descentralização das provisões, com maior concentração no final do exercício, o que dificulta o cumprimento de todos os trâmites burocráticos e procedimentos atinentes às despesas públicas.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Modalidade De Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	125.403,47	42.620,00	-	-
Tomada de Preços	359.116,52	444.378,47	178.827,80	-
Concorrência	6.853.103,75	-	563.055,70	
Pregão	1.790.251,79	3.478.129,31	1.482.422,33	1.916.365,53
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	192.898,17	221.924,49	135.802,88	221.924,49
Inexigibilidade	281.500,02	278.671,42	198.185,56	205.875,16
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	-	2.464,66	-	2.464,66
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	1.262.552,84	1.608.394,01	1.260.028,44	1.604.241,10
Outros	30.178.657,72	18.341.743,62	13.505.411,36	4.215.790,07

Fonte: SIAFI

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R$ 1,00

Despesa Empenhada			
Exercícios			
2009		2010	
Grupos de Despesa	Valor	Grupos de Despesa	Valor
1 – Despesas de Pessoal	**-**	**1 – Despesas de Pessoal**	**-**
08 - Outros Benefícios Assistenciais	-	08 - Outros Benefícios Assistenciais	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	**-**	**2 – Juros e Encargos da Dívida**	**-**
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
3- Outras Despesas Correntes	**11.341.019,36**	**3- Outras Despesas Correntes**	**5.310.846,44**
39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	7.614.512,63	14 - Diárias P. Civil	1.608.394,01
14 - Diárias P. Civil	1.262.552,84	39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	1.602.689,17
37 - Locação de Mão-de-obra	788.283,68	37 - Locação de Mão-de-obra	930.236,38
Demais elementos do grupo	1.675.670,21	Demais elementos do grupo	1.169.526,88
Despesa Liquidada			
Exercícios			
2009		**2010**	
Grupos de Despesa	**Valor**	**Grupos de Despesa**	**Valor**
1 – Despesas de Pessoal		**1 – Despesas de Pessoal**	
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
2 – Juros e Encargos da Dívida		**2 – Juros e Encargos da Dívida**	
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-

3- Outras Despesas Correntes	**11.341.019,36**	**3- Outras Despesas Correntes**	**5.310.846,44**
39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	7.614.512,63	14 - Diárias P. Civil	1.608.394,01
14 - Diárias P. Civil	1.262.552,84	39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	1.602.689,17
37 - Locação de Mão-de-Obra	788.283,68	37 - Locação de Mão-de-Obra	930.236,38
Demais elementos do grupo	1.675.670,21	Demais elementos do grupo	1.169.526,88
RP Não Processados			
Exercícios			
2009		**2010**	
Grupos de Despesa	**Valor**	**Grupos de Despesa**	**Valor**
1 – Despesas de Pessoal		**1 – Despesas de Pessoal**	
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
2 – Juros e Encargos da Dívida		**2 – Juros e Encargos da Dívida**	
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
3- Outras Despesas Correntes	**6.084.743,15**	**3- Outras Despesas Correntes**	**7.263.998,13**
39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	4.595.631,21	39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	5.538.005,89
41 - Contribuições	1.391.749,32	41 - Contribuições	1.391.749,32
47 – Obrigações Tributárias e Contributivas	53.541,11	30 – Material de Consumo	113.755,79
Demais elementos do grupo	43.821,51	Demais elementos do grupo	220.487,13
Valores Pagos			
Exercícios			
2009		**2010**	
Grupos de Despesa	**Valor**	**Grupos de Despesa**	**Valor**
1 – Despesas de Pessoal		**1 – Despesas de Pessoal**	
1º elemento de despesa	-	08 - Outros Benefícios Assistenciais	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
2 – Juros e Encargos da Dívida		**2 – Juros e Encargos da Dívida**	
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-

3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
3- Outras Despesas Correntes	**4.414.340,60**	**3- Outras Despesas Correntes**	**3.937.202,17**
14 - Diárias P. Civil	1.260.028,44	14 - Diárias P. Civil	1.604.241,10
39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	1.184.358,52	37 - Locação de Mão-de-Obra	824.825,49
37 - Locação de Mão-de-Obra	576.640,88	39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	568.653,89
Demais elementos do grupo	1.393.312,76	Demais elementos do grupo	939.481,69

Fonte: Sistema SIAFI

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em Reais R$ 1,00

Despesa Empenhada			
Exercícios			
2009		2010	
Grupos de Despesa	Valor	Grupos de Despesa	Valor
4 - Investimentos	**1.325.413,20**	**4 - Investimentos**	**933.426,45**
41 - Contribuições	899.093,39	52 - Equipamentos e Material Permanente	890.806,45
51 - Obras e Instalações	370.165,99	51 - Obras e Instalações	42.620,00
52 - Equipamentos e Material Permanente	56.153,82	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
5 - Inversões Financeiras	**28.377.051,72**	**5 - Inversões Financeiras**	**18.174.053,09**
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	28.144.300,00	66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	17.074.000,00
61 - Aquisição de Imóveis	232.751,72	61 - Aquisição de Imóveis	1.100.053,09
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
6 - Amortização da Dívida	**-**	**6 - Amortização da Dívida**	**-**
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-

Despesa Liquidada			
Exercícios			
2009		2010	
Grupos de Despesa	Valor	Grupos de Despesa	Valor
4 - Investimentos	**1.325.413,20**	**4 - Investimentos**	**933.426,45**
41 - Contribuições	899.093,39	52 - Equipamentos e Material Permanente	890.806,45
51 - Obras e Instalações	370.165,99	51 - Obras e Instalações	42.620,00
52 - Equipamentos e Material Permanente	56.153,82	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
5 - Inversões Financeiras	**28.377.051,72**	**5 - Inversões Financeiras**	**18.174.053,09**
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	28.144.300,00	66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	17.074.000,00
61 - Aquisição de Imóveis	232.751,72	61 - Aquisição de	1.100.053,09

		Imóveis	
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
6 - Amortização da Dívida	**-**	**6 - Amortização da Dívida**	**-**
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
RP Não Processados			
Exercícios			
2009		**2010**	
Grupos de Despesa	**Valor**	**Grupos de Despesa**	**Valor**
4 - Investimentos	**8.592.414,17**	**4 - Investimentos**	**9.343.746,37**
41 - Contribuições	8.453.474,97	41 - Contribuições	8.453.474,97
51 - Obras e Instalações	138.939,20	52 - Equipamentos e Material Permanente	708.712,20
Demais elementos do grupo	-	51 - Obras e Instalações	181.559,20
5 - Inversões Financeiras	**11.314.100,00**	**5 - Inversões Financeiras**	**25.436.518,50**
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	11.314.100,00	66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	25.193.100,00
Demais elementos do grupo	-	61 - Aquisição de Imóveis	243.418,50
6 - Amortização da Dívida	**-**	**6 - Amortização da Dívida**	**-**
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
Valores Pagos			
Exercícios			
2009		**2010**	
Grupos de Despesa	**Valor**	**Grupos de Despesa**	**Valor**
4 - Investimentos	**583.341,75**	**4 - Investimentos**	**177.824,25**
41 - Contribuições	488.008,95	52 - Equipamentos e Material Permanente	177.824,25
51 - Obras e Instalações	78.685,50	2º elemento de despesa	-
52 - Equipamentos e Material Permanente	16.647,30	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
5 - Inversões Financeiras	**12.326.051,72**	**5 - Inversões Financeiras**	**4.051.634,59**
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	12.093.300,00	66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	3.195.000,00
61 - Aquisição de Imóveis	232.751,72	61 - Aquisição de Imóveis	856.634,59
Demais elementos do grupo		Demais elementos do	-

	-	grupo	
6 - Amortização da Dívida	**-**	**6 - Amortização da Dívida**	**-**
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-

2.4.2.4. Análise Crítica

1 – Os quadros deste item foram readequados para possibilitar o fornecimento das informações requeridas, posto que o modelo anterior não contemplou cenários em que houvesse alterações na predominância dos gastos por elementos de despesa nos exercícios de 2009 e 2010, notadamente em relação às despesas empenhadas, liquidadas, valores pagos e Restos a pagar não processados das despesas de Capital, em conformidade com o § 1º, Art. 2º da Portaria TCU nº 277, de 07/12/2010.

2 – Fatores que contribuíram para a execução orçamentária, principalmente nas Funções Administrativas, foi a manutenção de contratos de terceirização e nas áreas de vigilância e limpeza, bem assim de recepcionistas, digitadores e pessoal de informática, os quais são fundamentais para o andamento dos serviços oferecidos por esta Unidade, haja vista extinção de tais funções dos quadros da Autarquia.

3 – A mudança de modalidade de execução de ações de assistência técnica de convênios para contratos propiciou melhor agilidade nas ações, haja vista que a execução mediante convênio é bastante onerosa, requer maior tempo de dedicação da fiscalização, o que face a carência de servidores existentes no quadro da Unidade fica praticamente inviável.

4 – O aumento nos valores de diárias de 2009 para 2010 revelam a intensificação de atividades executadas por técnicos no Campo, confirmando que os trabalhos executados são predominantemente realizados fora da sede, nas áreas de assentamentos.

5 – Predominância da execução direta na modalidade Pregão, destinados a aquisição de material de expediente e contratação de serviços terceirizados, considerados comuns, modalidade esta que comprovadamente é a que gera mais economia para o Setor Público.

6 - Concorrência destinada a contratação de serviços de Assistência Técnica aos Assentados, mediante contrato em substituição ao convênio, que desde 2006 vem se mostrando a modalidade mais adequada para tal ação, apesar da superintendência encontrar dificuldades em fiscalizar as comprovações de recolhimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias, dentre outras, no decorrer da execução dos contratos; o que se deve principalmente a falta de capacitação do pessoal envolvido na gestão de contratos.

7 – Gastos da rubrica outros é referente a transferências voluntárias na modalidade de convênios para Educação do Campo, Georrefenciamento de Imóveis, Obras de Infra Estrutura e incentivo a produção nos assentamentos, bem assim despesas com Aquisição de imóveis e concessão de créditos aos beneficiários da reforma agrária.

8 – Verificasse que em 2009 não houve realização de despesas na modalidade de suprimento de fundos e que em 2010 menos de 0,01% das despesas realizadas foram nesta modalidade.

9 – Observamos durante um exercício uma melhora no fluxo de liberação dos recursos orçamentários e financeiros da UG em relação ao exercício de 2009. No entanto, tal melhoria não teve reflexo mais efetivo na celeridades dos procedimentos em função de outro problema que a carência de pessoal com interesse em atuar nas áreas meio do Órgão deixando assim o processo de execução da despesa mais demorado.

2.4.3. Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	• Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. · Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.	**68,1%**
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. • Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	**47/56*100= 83,92**
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. • Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	**0%**

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R$, no exercício[3], dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação[4].	• Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. • Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	**856.634,79/3.210,8756=** **266,79**
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5], no nível de agregação), multiplicado por 100.	• Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. • Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	**61/52*100=** **117,30%**
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.	• Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. • Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	**52/283*100=** **18,37%**

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	• **Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício** – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • **Quantidade total de famílias assentadas no exercício** – Sipra.	**0%**
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	• **Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA** – SIR • **Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados** – Sipra.	**0,7%**
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	• **Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício** – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. • **Número total de famílias assentadas no exercício** – Sipra.	**0%**

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	• **Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício** – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • **Número de famílias assentadas no exercício** – Conforme constante do Sistema Sipra.	**45/757*100= 5,94%**
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	· Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	**286**

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; .Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	**8.672/20.331*100= 42,65%**
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	-
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	• **Quantidade de parcelas supervisionadas** – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR.· · · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	**830/20.331*100= 4,08**

Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	• **Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período** – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	**0**

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	**Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001** – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	**0%**

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/ Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	• quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	**44/119*100= 36,97%**
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	• número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	**1334/119= 11,21**
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício)multiplicado por 100.	• SIAFI e SICONV	**-**
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Percentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	· Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. · Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	-

3 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

3.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA CONTÁBIL					
Código SIAFI	**Denominação**				
LINHA DETALHE					
UG	**Credor (CNPJ/CPF)**	**Saldo Final em 31/12/2009**	**Movimento Devedor**	**Movimento Credor**	**Saldo Final em 31/12/2010.**
Razões e Justificativas: "NÃO OCORREU NO PERÍODO"					

Fonte: SIAFI

4 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

4.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R$ 1,00				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2010**
2009	9.523,46	6.999,06		2.524,40
2008	2.688,65	-	-	2.688,65
2007	-	-	-	-
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	23.717.225,81	471.643,56	8.251.848,95	14.993.733,30
2008	18.382.898,84	321.095,92	8.345.888,69	9.715.914,23
2007	21.371.178,55	624.054,96	19.465.513,80	1.281.609,79
Observações: Os pagamentos de Restos a Pagar do exercício de 2007 estão amparados pelo Decreto Presidencial nº 7.057/2009 de 29/12/2009.				

Fonte: SIAFI

4.2 Análise Crítica

a) Valores de restos a pagar dos exercícios de 2007, 2008 e 2009 permanecem inscritos, face a existência de contratos e convênios plurianuais vigente nesta Superintendência;

b) Em Relação a Restos a Pagar de 2007 e 2008 continuam inscritos face ao amparo legal concedido por meio do Decreto Presidencial nº 7.418, de 31 de dezembro de 2010.

c) A Unidade vem tentando, na medida do possível, promover uma política de execução financeira com ênfase na Ordem cronológica dos compromissos assumidos, eliminando-se com preferência, os restos a pagar mais antigos;

d) Com relação a permanência de valores irrisórios inscritos em Restos a Pagar a Unidade deverá realizar um estudo visando a depuração de tais valores, com vistas a possibilitar a permanência de valores efetivamente devidos.

5 Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 Composição do quadro de servidores ativos

5.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010

TIPOLOGIAS DOS CARGOS	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	0	119	2	12
1.1 Membros de poder e agentes políticos	**0**	0	**0**	**0**
1.2 Servidores de Carreira	**0**	117	**0**	**11**
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	113	0	11
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	4	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0		0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	2	2	1
1.4.1 Cedidos	0	0	0	0
1.4.2 Removidos	0	0	2	1
1.4.3 Licença remunerada	0	2	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	0	0	0	0
2 Provimento de cargo em comissão	0	16	0	0
2.1 Cargos Natureza Especial	**0**	0	**0**	**0**
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	14	0	0
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0			
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	9	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	1	0	0
2.2.4 Sem vínculo	0	0	0	0
2.2.5 Aposentado	0	4	0	0
2.3 Funções gratificadas	**0**	2	**0**	**0**
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	2	0	0

2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3 Total	0	135	2	12

Fonte: SIAPE-GERENCIAL-GRCADAS-GRCOSITCAR DEZ/2010 e Extração SIAPE fev/2011

5.1.3 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	**De 31 a 40**	**De 41 a 50**	**De 51 a 60**	**Acima de 60**
1. Provimento de cargo efetivo	11	19	27	46	16
1.1. Membros de poder e agentes políticos	**0**	0	**0**	**0**	**0**
1.2. Servidores de Carreira	**10**	18	**27**	**46**	**16**
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	1	1	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	3	3	4	4	2
2.1. Cargos de Natureza Especial	**0**	0	**0**	**0**	**0**
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	3	4	3	1
2.3. Funções gratificadas	**0**	0	**0**	**1**	**1**

Fonte: SIAPE FEV/2011

5.1.4 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	2	11	47	59	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	**0**	0	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1.2. Servidores de Carreira	**0**	0	**2**	**11**	**47**	**57**	**0**	**0**	**0**
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	0	2	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	6	10	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	**0**	0	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	4	10	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	**0**	0	**0**	**0**	**2**	**0**	**0**	**0**	**0**

LEGENDA
Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração SIAPE/2011

5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

5.2.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	54	9
1.1 Voluntária	46	9
1.2 Compulsório	0	0
1.3 Invalidez Permanente	8	0
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	34	0
2.1 Voluntária	34	0
2.2 Compulsório	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0

Fonte: Extração SIAPE/ Fev/2011

5.2.3 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	22	0
2. Proporcional	17	0

Fonte: Extração SIAPE Fev/2011

5.3 Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	5	5	5	5	0,00
· Área Fim	0	0	0	0	0,00
· Área Meio	5	5	5	5	0,00
Nível Médio	4	4	4	4	0,00
· Área Fim	2	2	2	2	0,00
· Área Meio	2	2	2	2	0,00

Fonte: SIAPE Fev/2011

5.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos

5.4.2 Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Valores em R$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008								
2009								
2010								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	7.071.840,06		601.177,45	206.235,21	685.898,45	452.533,56	12.916,51	9.030.601,24
2009	7.107.335,53		635.250,70	217.129,15	1.148.652,73	455.025,60	19.716,61	9.583.110,32

2010	7.243.506,44		635.508,73	197.547,21	1.595.305,56	832.243,73	249,66	10.504.361,33
Servidores com Contratos Temporários								
2008								0,00
2009								0,00
2010								0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008								0,00
2009								0,00
2010					3.861,71			3.861,71
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008		352.444,03			76.628,68			429.072,71
2009		347.391,46			121.593,49			468.984,95
2010		334.693,39			171.660,69			506.352,08
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008		9.708,31			675,05			10.383,36
2009		10.104,24			5.235,66			15.339,90
2010		10.118,26			9.852,65			19.970,91

Fonte: SIAPE 2008-2010

5.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

5.5.2 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE														
UG/Gestão: 373046						**CNPJ: 00375972/0018-09**								
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Nat.**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2010	L	O	RN 11.000/10	03.116.709/0001-62	07/07/10	60/07/2010	5	5					A
2008	V	O	RN 14.000/08	02.141.823/0001-62	28/11/08	27/11 11	9	9	P				

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Divisão de Administração SR-19

5.5.3 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE – SR/19														
UG/Gestão: 373046						**CNPJ: 00375972/0018-09**								
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Nat.**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2010	1	O	**RN/9.000/10-07**	**855.231/0001-26**	26/05/10	**25/05/11**			**21**	**21**	**2**	**2**	A
2010	1	O O	**RN/10.000/10-00**	**544.298/0001-09**	26/05/10	**25/05/11**			**1**	**1**			A
2009	1	O	**RN/22.000/09-10**	**583.254/0001-3**	21/12/19	**20/12/10**	**2**	**2**					
2006	2	O	**RN/8.000/06-40**	**786.519/0001-61**	21/11/06	**22/06/11**	**1**	**1**					
Observação:													
LEGENDA													

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:

5.5.4 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
RN/09.000/10	1	23	SR-19
RN/10.000/10	1	1	SR-19
RN/22.000/09	1	2	SR-19
RN/08.000/06	2	1	SR-19
RN/11.000/10	7	5	SR-19
RN/14.000/08	8	5	SR-19
RN/14.000/08	8	4	SR-19

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

6 Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência

Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA									
CNPJ: 00.375.972/0018-09						**UG/GESTÃO**: 373046			
INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS									
Modalidade	Nº do instrumento (Cadastro do SIAFI/SICONV)	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	518222	02512662000176	1.515.254,52	148.578,65	-	498.368,37	31/dez/04	30Jun2011	1
1	526391	01803041000189	1.043.684,80	120.178,75	-	923.069,69	5/jul/05	30/dez/11	1
1	526520	02690210000184	1.257.900,76	123.035,95	-	452.980,41	5/jul/05	30/jun/11	1
1	526524	02301951000126	2.132.574,38	201.531,43	-	740.708,50	5/jul/05	30/jun/11	1
1	526542	01587525000138	1.390.980,84	128.696,39	-	489.577,75	5/jul/05	30/jun/11	1
1	526724	02690821000122	926.069,24	90.954,82	-	299.414,14	5/jul/05	30/jun/11	1
1	527093	02472875000111	1.958.100,81	197.609,70	-	1.092.542,71	5/jul/05	30/jun/11	1
1	533579	01110987000160	1.554.628,46	148.709,26	-	700.446,16	5/jul/05	30/jun/11	1
1	533930	01429128000138	1.179.746,08	114.608,08	-	621.634,03	15/dez/05	30/jun/11	1
1	540977	02307850000162	1.224.464,66	157.971,74	-	451.533,96	28/Dez/05	29/jun/11	1
1	541089	08258295000102	1.445.478,38	85.823,38	-	1.359.655,00	29/dez/05	31/mar/11	1
1	541169	08258295000102	867.781,48	47.049,48	-	820.732,00	30/dez/05	31/mar/11	1
1	577585	08469280000193	792.000,00	72.000,00	-	360.000,00	26/dez/06	26/abr/11	1
1	577604	08469280000193	912.280,00	77.800,00	-	606.480,00	26/dez/06	26/jul/11	1
1	593194	01066896000174	2.895.690,40	289.569,03	-	2.195.036,93	8/ago/07	28/mar/11	1
1	601055	04792170000107	6.111.660,00	1.222.332,00	-	4.875.571,22	28/dez/07	31/dez/11	1

1	700474	08282865000108	8.973.505,83	897.350,68	1.000.000,00	1.607.550,15	16/dez/08	31/mar/11	1
1	701420	08272049000105	3.076.309,47	307.630,95	500.000,00	1.422.892,84	19/dez/08	30/abr/11	1
1	702258	06068973000149	487.320,00	24.600,00	201.760,00	283.220,00	30/dez/08	31/mar/11	1

LEGENDA

Modalidade:	**Situação da Transferência:**
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído
5 - Termo de Compromisso	5 – Excluído 6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SIAFI

6.1 Transferências efetuadas no exercício

6.1.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE						
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA						
CNPJ: 00.375.972/0018-09				**UG/GESTÃO**: 373046		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores Repassados em cada Exercício (Valores em R$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	3	-	-	3.592.880,35	6.916.988,98	1.701.760,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	3	-	-	3.592.880,35	6.916.988,98	1.701.760,00

Fonte: SIAFI

6.1.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

UNIDADE CONCEDENTE OU CONCEDENTE					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA					
CNPJ: 00.375.972/0018-09			**UG/GESTÃO**: 373046		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	19	39.745.430,11	12.211.629,33	27.533.800,78	30,72%
Contrato de Repasse	-	-			
Termo de Parceria	-	-			
Termo de Cooperação	-	-			
Termo de Compromisso	-	-			
Totais	19	39.745.430,11	12.211.629,33	27.533.800,78	30,72%

Fonte: SIAFI

6.1.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

UNIDADE CONCEDENTE					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA					
CNPJ: 00.375.972/0018-09			**UG/GESTÃO**: 373046		
Exercício da prestação de contas	**Quantitativos e montante repassados**			**Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)**	
				Convênios	**Contratos de Repasse**
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		19	
		Montante Repassado		12.211.629,33	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	0	
			Montante Repassado (R$)		
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	1	
			Montante Repassado (R$)	385.591,17	
2009	Contas prestadas		Quantidade	0	
			Montante Repassado (R$)		
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	2	
			Montante Repassado (R$)	614.083,03	
2008	Contas prestadas		Quantidade	4	
			Montante Repassado (R$)	1.533.043,60	
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	0	
			Montante Repassado (R$)		
Exercícios Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		Quantidade	5	
			Montante Repassado (R$)	5.279.481,95	

Fonte: SIAFI

6.1.5Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA					
CNPJ: 00.375.972/0018-09			**UG/GESTÃO**: 373046		
Exercício da prestação de contas	**Quantitativos e montante repassados**			**Instrumentos**	
				Convênios	**Contratos de Repasse**
2010	Quantidade de Contas Prestadas			0	-
	Com Prazo de análise ainda **não vencido**	Quantidade		0	-
		Montante Repassado (R$)		-	-
	Com Prazo de análise **vencido**	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	-
			Quantidade Reprovada	0	-
			Quantidade de TCE	0	-
		Contas não analisadas	Quantidade	0	-
			Montante repassado (R$)	-	-
2009	Quantidade de Contas Prestadas			0	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		0	-
		Quantidade Reprovada		0	-
		Quantidade de TCE		0	-
	Contas não Analisadas	Quantidade		0	-
		Montante repassado (R$)		-	-
2008	Quantidade de contas prestadas			4	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		1	-
		Quantidade Reprovada		2	-
		Quantidade de TCE		0	-
	Contas Não Analisadas	Quantidade		1	-

		Montante repassado (R$)	224.000,00	-
Exercícios Anteriores a 2008	Contas Não Analisadas	Quantidade	4	-
		Montante repassado (R$)	5.040.863,50	-
Nota Explicativa: O Campo quantidade reprovada evidencia as Prestações de Contas com solicitação de justificativas/complementações por parte das convenentes e que, por motivos diversos, ainda não foram reanalisadas ou estão com prazo de apresentação vigente.				

Fonte: SIAFI

6.1.6 Análise Crítica

Foi instituído na Superintendência Regional do INCRA-RN em cumprimento a determinação da SEDE do Órgão, um Grupo de Trabalho com o fim de dar encaminhamento/analisar os Processos de transferências voluntárias firmados no âmbito desta Superintendência e que se achavam com prazo vencido nas situações de A Aprovar; A Comprovar, Inadimplência Efetiva, com vistas a dar encaminhamento adequado conforme a situação de cada um.

A Constituição do Grupo de Trabalho acima referido se deu por meio da Ordem de Serviço nº 97/2010/INCRA/SR-19/G, publicada em 20 de setembro de 2010.

O Grupo de Trabalho desenvolveu suas atividades no período de aproximadamente 75 dias, tendo sido diagnosticada a seguinte situação:

Foram encontrados 45 (quarenta e cinco) Processos de Convênios vencidos, encerrados até o final dos trabalhos do Grupo. Destes 35 (Aproximadamente 77%) foram avaliados no âmbito do GT e 10 (23%) deixaram de ser analisados.

Dos 35 Processos avaliados 04 (11%) foram encaminhados para aprovação; 03 (8%) aguardam quitação plena de parcelamento de débito para receberem manifestação definitiva do Ordenador de Despesas; 04 (11%) para inscrição de inadimplência e instauração de TCE; 08 (24%) para Notificar a entidade para complementar/corrigir a Prestação de Contas; 06 (18%) foram encaminhados aos responsáveis pela fiscalização para emissão de relatórios/esclarecimento de disfunções na execução; 02 (6%) remetidos para análise formal da Prestação de Contas; 03 (8%) apresentaram dúvidas Jurídicas e foram remetidos à Assessoria Jurídica; 02 (6%) para recebimento de obras e, por fim, 03 (8%) submetidos ao Ordenador de Despesas.

Com a alavancagem realizada pelo citado Grupo de Trabalho, espera-se que a regularização dos Processos seja empreendida com maior agilidade, saneando-se assim, num menor espaço de tempo, a situação dos convênios vencidos e pendentes de encaminhamento no âmbito desta Superintendência.

Observa-se a permanência de valores de Restos a Pagar não Processados para atender as transferências decorrentes de pactos firmados com prazo de vigência ativo.

Quanto a celebração de novos Convênios, observa-se que nos últimos três exercícios considerados 2008, 2009 e 2010 somente em 2008 a Superintendência do RN firmou Convênios, tendo sido repassados R$ 12.211.629,33 e firmados 03 (três) convênios no

exercício de 2008. Denota-se aqui, predominância das ações direcionada a gestão dos convênios vigentes e também na conclusão a bom termo dos Processos já vencidos.

Atualmente cerca de 13 (treze) servidores com formações ligadas aos objetos dos convênios se alternam na fiscalização de 19 (dezenove) convênios em vigência na Superintendência.

7. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

No que pertine a obrigatoriedade de declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, todos os servidores desta Superintendência Regional estão devidamente regularizados, junto ao Recursos Humanos com a entrega da sua declaração de imposto de renda ou devidamente autorizada a pesquisa da Receita Federal, constando a autorização nos seus assentamentos funcionais.

8. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

8.1 Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.	X				
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		X			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.		X			

18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

9. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

9.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	**Avaliação**				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	**x**				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		**x**			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		**x**			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	**x**				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? O maior impacto no consumo de energia elétrica ocorreu no ano de 2009, quando os aparelhos ar-condicionados foram substituídos por aparelhos do tipo split, neste aspecto no ano de 2010, manteve-se o consumo de energia elétrica.		**x**			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Durante o ano de 2010 o papel utilizado pela SR/19 foi papel ofício reciclado, adquirido em licitação.			**x**		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	**x**				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		**x**			

9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					**x**
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		**x**			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		**x**			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)?	**x**				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)? Foram realizadas duas campanhas de viagens pelo Rio Potengi para que todos os servidores conheçam sua importância e desenvolvam o processo de conscientização sobre a não-poluição do mesmo.		**x**			
Considerações Gerais:					
LEGENDA ***Níveis de Avaliação:*** **(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. **(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. **(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10 Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como "Bens de Uso Especial", de propriedade da União ou locado de terceiros.

10.1 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373046	176100356.500-0	15	BOM	732.503,01	14/12/2008	732.503,01	458.804,12	**21.540,40**
373046	176100358.500-1	15	BOM	71.149,09	14/12/2008	71.149,09	0	**0**
373046	176003357.500-6	15	BOM	45.943,28	14/12/2008	45.943,28	0	**0**
373046	176100346.500-6	15	BOM	330.669,22	12/12/2008	330.669,22	0	**0**
Total							458.804,12	**21.540,40**

Fonte: Serviço de Patrimônio SR/19

10.1.1 Análise crítica:

Esta Superintendência Regional dispões de 03 imóveis de uso especial, sendo estes situados nos bairros de Petrópolis, Ribeira e Morro Branco.

O imóvel localizado à Rua Potengi, 612 – Petrópolis, funciona efetivamente a sede desta Regional, sendo as despesas de manutenção e instalação todas em função da mesma.

O imóvel localizado à Rua Chile, 21, não depreende despesas, pois funciona como depósito funcional para o material necessário as atividades desta unidade,

O imóvel localizado a Nilo Bezerra Ramalho, 18, trata-se de construção da nova que deverá ser entregue/funcionar a partir de 2011.

11 Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

11.1 Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento				x	
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				x	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				x	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	03terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					x
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					x
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	x				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		x			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			x		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			x		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	100%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					x
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	x				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					x
Considerações Gerais:					
LEGENDA **Níveis de avaliação:** **(1) Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. **(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					

(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. **(5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

12 Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Considerando a necessidade de abastecimentos das viaturas desta autarquia quando no cumprimento de sua missão institucional e a dificuldade de se contratar fornecedores nos diversos municípios do estado, para atender a demanda da frota desta SR, quando o deslocamento era realizado em pólos que não tínhamos contratos com postos, forçando o deslocamento das viaturas de um município para outro, para abastecê-las, depreciando os veículos e onerando a administração.

Diante do exposto, fez-se necessário a utilização do cartão coorporativo para atender tais despesas e evitar gastos desnecessários e prejuízos no desenvolvimento das atividades dos técnicos em campo.

Foi utilizado suprimento de fundos para atender as despesas com abastecimento no exercício de 2010, no aporte de R$ 2.464,66 (dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e seis centavos).

13 Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE					17125
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
01	027.424/2006-2	1512/TCU	9.4.1	DE	Ofício n° 811/2010 e 905/2010/INCRA/SR-19/G
02	027.424/2006-2	1512/TCU	9.4.2	DE	Ofício n° 811/2010 e 905/2010/INCRA/SR-19/G
03	027.424/2006-2	1512/TCU	9.4.3	DE	Ofício n° 811/2010 e 905/2010/INCRA/SR-19/G
04	027.424/2006-2	1512/TCU	9.4.4	DE	Ofício n° 811/2010 e 905/2010/INCRA/SR-19/G
05	027.424/2006-2	1512/TCU	9.4.6	DE	Ofício n° 811/2010 e 905/2010/INCRA/SR-19/G
06	027.424/2006-2	1512/TCU	9.4.7	DE	Ofício n° 811/2010 e 905/2010/INCRA/SR-19/G
07	027.424/2006-2	1512/TCU	9.4.8	DE	Ofício n° 811/2010 e 905/2010/INCRA/SR-19/G
08	027.424/2006-2	1512/TCU	9.4.9	DE	Ofício n° 811/2010 e 905/2010/INCRA/SR-19/G
09	027.424/2006-2	1512/TCU	9.4.11	DE	Ofício n° 811/2010 e 905/2010/INCRA/SR-19/G
10	027.424/2006-2	1512/TCU	9.4.12	DE	Ofício n° 811/2010 e 905/2010/INCRA/SR-19/G
Síntese da providência adotada					
Itens 9.4.1 e 9.4.2 – foram observadas as prescrições contidas na IN/STN/N° 01/97, Portaria Interministerial n° 127/2008 e Lei n° 9.784/99.					
Item 9.4.3 – efetuada a fiscalização através de vistorias técnicas.					
Item 9.4.4 – efetuada capacitação de servidores.					
Itens 9.4.5, 9.4.10 e 9.5.3 – designada comissão técnica para realização de trabalhos em campo.					
Item 9.4.6 e 9.4.8 – procedimento exigido já se encontrava implementado.					
Item 9.4.7 – criado grupo de trabalho pro força da determinação na Portaria/INCRA/P/N° 522/2010.					
Item 9.4.9 – realização de apreciação conclusiva das contas dos processos administrativos/convênios.					
Item 9.4.11 e 9.4.12 – procedida a inspeção e o estoque de bens.					
Síntese dos resultados obitidos					
Criação de grupos de trabalhos específicos e capacitação de servidores.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Déficit de servidores na Superintendência Regional, ou seja, número reduzido de insumos humanos, o que sobrecarrega os servidores lotados na mesma, ocasionando que os mesmos fiquem sobrecarregados com diversas ações.					

13.1 Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Através do Memo/AUD/Nº258/2010 foi solicitado a esta Superintendência Regional que prestasse informações sobre o processo administrativo nº 54330.000878/2005-55, referente ao convênio celebrado com a Prefeitura Municipal de Mossoró, com o objeto de construção de 01 escola pública e 02 postos de saúde.

Tal solicitação foi tempestivamente atendida com a informação sobre a regularidade estrutural e funcional e o atendimento do objeto.

No exercício 2010, houve as solicitações de auditoria pela Controladoria Geral da União – CGU, de números 244157/002; nº 244157/003 e nº 244157/004, todas versando sobre convênios celebrados no âmbito desta Regional, o que fora prontamente atendida com prestação de informações pertinentes e até esta data não foi recebido qualquer relatório sobre as solicitações de auditoria.

Houve, também, a solicitação de auditoria nº201001213/001, versando sobre a desapropriação do imóvel FAZENDA ARCA/PEROBAS/FAZENDA BOA VISTA, o que fora prontamente atendida e prestada a informação pertinente, ainda, não há conhecimento do relatório da Controladoria Geral da União.

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

14 Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação Completa (UJ)			
Código da UG:			
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a: a) Saldo em Contas de Compensado, representativas de Transferências Voluntárias concedidas pela nossa Unidade a entidades públicas e privadas, em situação de A Aprovar e A Comprovar a mais de 180 dias. b) Contas a Receber provenientes de créditos concedidos aos beneficiários do Programa de Reforma Agrária sem providências de efetiva cobrança e controle dos valores devidos. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	NATAL-RN	**Data**	15/03/2011
Contador Responsável	JAILSON VICENTE DA SILVA	**CRC nº**	RN 006796/o

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA

15 Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

Os imóveis rurais com área acima de 10.000,0 há, no estado do Rio Grande do Norte, foram fiscalizados com processos administrativos já encerrados. Todos os imóveis foram indicados para o programa do Governo Federal de Reforma Agrária, com vistorias para levantamento de dados, informações e avaliações, com conclusão pela desapropriação da área total e outros pela desapropriação da área parcial.

Portanto, no Rio Grande do Norte não tem imóveis com área acima de 10.000,0 há, conhecidos passíveis de futuras fiscalizações

Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

Esta Superintendência Regional no ano de 2011 terá algumas dificuldades administrativas/operacionais que ensejarão medidas gerenciais por parte do Gestor da Autarquia, como por exemplo, o número significativo de servidores em processo de aposentadoria.

O número de servidores, hoje, na ativa já é limitado e prevê-se um número significativo de servidores aptos a requerem aposentadoria. Somado a isto, o último concurso público não logrou êxito, ou seja, não há como repor a força de trabalho que deixa a Autarquia em 2011 e nos anos vindouros. E ainda, há de se considerar que as ações desenvolvidas pelo órgão não diminuíram, ao contrário a demanda é crescente, pois todo ano estamos criando novos projetos de assentamentos.

Ainda, há que se comentar que, o corte no orçamento da ordem de 30%, o que impactará as nossas ações de fiscalização e acompanhamento, posto que o INCRA é um órgão que desenvolve suas ações no meio rural, demandando desta forma um valor significativo em despesas com diárias/deslocamento de servidores.

Como plano gerencial, para o contingenciamento do orçamento, o gestor do órgão está potencializando as atividades de campo, ou seja, o servidor que atua em determinada região ficará responsável por todas as ações da área.

Para a redução de servidores, está sendo elaborado capacitação para que o mesmo servidor possa atuar em mais de uma ação do INCRA, por exemplo, a pessoa que é responsável pelo setor de transporte também apoiará a seção de Recursos Humanos.

Ainda, em se tratando do contingenciamento de recursos, há de se comentar que esta Superintendência Regional está revendo seus gastos administrativos com o fito de diminuir os objetos dos seus contratos administrativos.

INCRA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL/RN

ROL DE RESPONSÁVEIS (ART 10, INCISOS I E II DA INSTRUÇÃO NORMATIVA TCU Nº 63, DE 01/09/2010)

UNIDADE GESTORA: 373046 , GESTÃO: 37201

Nome do Agente	CPF	Tipo	Natureza da Responsabilidade.	Cargo/Função	Instrumento de Designação			Instrumento de Exoneração			Endereço Residencial	Endereço Eletrônico
					Tipo	Data do Documento	Data da Publicação (D.O.U)	Tipo	Data do Documento	Data da Publicação (D.O.U)		
Paulo Sidney Gomes Silva	897.342.034-87	Titular	Dirigente Máximo da UJ	Superintendente Regional	Portaria 227	20/04/05	22/04/05	-	-	-	Av. Rui Barbosa, 1122 – Bloco A -Ap. 201 – Ed Dorian Grey – Lagoa Nova – Natal-RN CEP: 59.056-300	Paulo.Sidney@ntl.incra.gov.br
Mario Moacir de Almeida	423.515.614-49	Substituto	Dirigente Máximo da UJ	Superintendente Regional Substituto	Portaria 133	13/05/09	14/05/09	-	-	-	Rua Dulce Meira e Sá Figueiredo, 33, Capim Macio, Natal-RN CEP: 59.082-351	Mario.Almeida@ntl.incra.gov.br
José Maria da Silva Júnior	012.135.344-37	Titular	Ocupante de Cargo de Direção de Hierárquia Inferior e Sucessivo ao do Dirigente Máximo	Chefe da Divisão de Administração	Portaria 32	29/01/08	01/02/08	-	-	-	Rua dos Potiguares, 1528 – Ed. Severina Porpino-Ap 201, Bl. Tulipa – Lagoa Nova, Natal-RN – CEP: 59.054-280	Jose.Junior@ntl.incra.gov.br
Rubens Soares Spínola	276.589.964-91	Substituto	Ocupante de Cargo de Direção de Hierárquia Inferior e Sucessivo ao do Dirigente Máximo	Chefe da Divisão de Administração Substituto	Portaria 133	13/05/09	14/05/09	-	-	-	Rua dos Carapebas, 106 – Ponta Negra – Natal-RN, CEP: 59.090-390	Rubens.Spinola@ntl.incra.gov.br
João Maria Câmara Bezerra	010.940.094-15	Titular	Ocupante de Cargo de Direção de Hierárquia Inferior e Sucessivo ao do Dirigente Máximo	Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	Portaria 457	16/10/08	17/10/08	-	-	-	Rua Guarujá , nº 3940 – Capim Macio – Natal-RN, CEP: 59.080-040	João.Bezerra@ntl.incra.gov.br
Francisco Marcos Garcia de Almeida	335.863.574-00	Substituto	Ocupante de Cargo de Direção de Hierárquia Inferior e Sucessivo ao do Dirigente Máximo	Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária Substituto	Portaria 133	13/05/08	14/05/08	-	-	-	Rua Governador Sílvio Pedroza, 200 – Ap 803, Areia Preta, Natal-RN- CEP: 59.140-150	Marcos.Garcia@ntl.incra.gov.br

Fls. 10
Rub.

José Leonardo Guedes Bezerra	155.151.174-68	Titular	Ocupante de Cargo de Direção de Hierárquia Inferior e Sucessivo ao do Dirigente Máximo	Chefe da Divisão de Obtenção de Terras	Portaria 446	29/12/05	02/01/06	-	-	-	Av. Campos Sales, 460, Petrópolis – Natal-RN- CEP: 59.020-030	Jose.Guedes@ntl.incra.gov.br
Manoel Neto Souza	054.428.624-15	Substituto	Ocupante de Cargo de Direção de Hierárquia Inferior e Sucessivo ao do Dirigente Máximo	Chefe da Divisão de Obtenção de Terras Substituto	Portaria 133	13/05/09	14/05/09	-	-	-	Avenida Praia de Ponta Negra, 135, Nova Parnamirim-RN - CEP: 59.151-480	Manoel.Neto@ntl.incra.gov.br
Dalvanir Avelino da Silva	025.698.294-55	Titular	Ocupante de Cargo de Direção de Hierárquia Inferior e Sucessivo ao do Dirigente Máximo	Chefe da Divisão de Desenvolvimento de PAs	Portaria 123	17/03/09	18/03/09	-	-	-	Rua São Tomé, 413 – Ed. Stella Maris, Ap. 203, Cidade Alta – Natal-RN – CEP: 59.025-030	Dalvanir.Avelino@ntl.incra.gov.br
Max Victor Bezerra Barbosa	046.557.834-94	Substituto	Ocupante de Cargo de Direção de Hierárquia Inferior e Sucessivo ao do Dirigente Máximo	Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Pas Substituto	Portaria 16	16/07/09	20/07/09	-	-	-	Rua Nossa Senhora da Penha, 100 – Ap. 107 – Neópolis – Natal-RN CEP: 59.080-570	Max.Bezerra@ntl.incra.gov.br
Viviane Mourão Dutervil	116.379.191-15	Titular	Ocupante de Cargo de Direção de Hierárquia Inferior e Sucessivo ao do Dirigente Máximo	Chefe da Procuradoria Regional	Portaria 01	25/01/06	30/01/06	-	-	-	Rua Vicente Egberto Cavalcante, 30, Capim Macio – Natal-RN - CEP: 59.082-370	Viviane.Dutervil@ntl.incra.gov.br

Nota Explicativa:

No ROL de Responsáveis do SIAFI 2010 (Transação >CONAGENTE) ao invés da Natureza de Responsabilidade 001 - (Dirigente Máximo de UA (UJ) Consolidada ou Agregada), entenda-se 132 (Dirigente Máximo da UJ que apresenta as Contas). Tal alteração foi procedida somente em 16/02/2011 no Sistema SIAFI2011.

Natal-RN, Em 15 de Março de 2011.

Jailson Vicente da Silva
Contador - Mat. SIAPE nº 1473998
INCRA/RN

Responsável pela Elaboração

Dirigente da Unidade

Fls. 05
Rub.

Serviço Público Federal
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
AUDITORIA INTERNA – AUD

PROCESSO Nº 54330.000101/2011-39
INTERESSADO: Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Norte – SR-19
ASSUNTO: Relatório de Gestão e Prestação de Contas da SR - 19/RN - exercício de 2010

PARECER DA AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna do INCRA, em cumprimento à incumbência estabelecida no § 5º, art. 15, do Decreto 3.591, apresenta seu parecer sobre as Contas da Gestão da Superintendência Regional do INCRA no Estado do Rio Grande do Norte – SR-19, na forma prevista no anexo II da Decisão Normativa TCU nº 110/2010, correspondente ao exercício de 2010, baseados nos autos apresentados pela aludida Superintendência, bem como no acompanhamento da gestão durante o exercício em comento.

O processo encontra-se constituído das peças básicas estabelecidas nas Decisões Normativas nº 107 e 110/2010, do Tribunal de Contas da União, e Portaria nº 2.546/2010, da Controladoria Geral da União que aprova a NE nº 03/2010.

Os Balanços Financeiros, Patrimonial e Orçamentário, bem como a Demonstração das Variações Patrimoniais presentes foram extraídos do Sistema Integrado d Administração Financeira - SIAFI e refletem a adequada situação da SR-19/RN.

Os informativos Financeiro/Contábil, anexos ao presente processo, demonstram objetivamente a situação orçamentária, execução da despesa, execução da receita, variação do superávit/déficit, variações patrimoniais, a posição do convênio em vigência, mencionando inclusive a evolução dos exercícios anteriores, bem como da situação que o mesmo se encontra.

FLS: 143
INCRA

1. CONTROLES ADMINISTRATIVOS DA UNIDADE

Após a edição do Decreto 3.591/2000, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, o INCRA estruturou a unidade de Auditoria Interna, objetivando fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle. Desde então, temos empenhado junto às Superintendências Regionais no sentido de cada vez mais se aprimorar os controles internos, tornando-os mais ágeis e eficazes as suas atividades e os trabalhos de fiscalizações.

Para o atendimento dos requisitos de gestão transparente, o INCRA disponibiliza aos seus servidores e sociedade em geral, via intranet e internet por meio do Portal do INCRA (www.incra.gov.br), as normas internas, regimento interno, resoluções, relatórios, decisões, monitoramento, resultados da gestão e informações setoriais.

A Superintendência Regional se empenhou em realizar capacitações contínuas dos servidores, o que viabiliza uma melhora significativa no desempenho dos profissionais, contribuindo para que as deficiências do Órgão sejam minimizadas, como também, emitido rotinas internas com a finalidade de adequar os procedimentos e técnicas utilizadas na Autarquia com a Legislação vigente, bem como tem procedido as adequações normativas internas consoantes às recomendações ou determinações dos órgãos de controle e Ministério Público Federal. Dessa forma, a SR-19/RN realizou 06 (seis) cursos de capacitações envolvendo 522 horas/aulas e capacitando 44 servidores. O resultado final foi o fortalecimento do corpo técnico com o objetivo de agregar valores para a organização e aos indivíduos de forma qualitativa.

As impropriedades e irregularidades verificadas e as oportunidades de melhorias foram tratadas tempestivamente pelos gestores, conforme constam de respostas às demandas dos órgãos de controle interno e externo no exercício de 2010.

A fim de propiciar eficiência da gestão e maior segurança institucional, a Superintendência Regional do Rio Grande do Sul ainda necessita alcançar melhorias dos seus controles internos.

2. REGULARIDADE DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

Durante o exercício de 2010, a Superintendência Regional realizou despesas com processos licitatórios na modalidade de Pregão, importando em R$ 1.916.365,53 (um milhão novecentos e dezesseis mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinqüenta e três centavos) e ainda realizou despesas por meio de Dispensa de Licitação no valor total de R$ 355.499,38 (trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e noventa e nove reais e trinta e oito centavos) e Inexigibilidade de Licitação no valor contratado de R$ 205.875,16 (duzentos e cinco mil oitocentos e setenta e cinco reais e dezesseis centavos).

144

Com relação aos contratos em curso, os processos estão sendo fiscalizados pelos respectivos asseguradores designados em atos próprios.

A Auditoria Interna não efetivou acompanhamento e não realizou exames *in loco* sobre esses procedimentos durante o exercício de 2010, o que deverá ocorrer durante o exercício 2011.

3. GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES, ESPECIALMENTE QUANTO À OPORTUNIDADE, FORMALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO.

A Superintendência Regional, por meio dos dados constantes no Relatório de Gestão apresentados esta Auditoria e em consulta no Sistema SIAFI, não celebrou instrumento transferência mediante convênio, somente deu continuidade aos 19 (dezenove) convênios celebrados entre os anos de 2004 e 2008 com vigências até dezembro de 2011, havendo repasse de recursos financeiros no exercício de 2010 na ordem de R$ 1.701.760,00 (Hum milhão, setecentos e um mil e setecentos e sessenta reais).

Diante dos informes gerenciais constantes nos autos pode-se concluir que a SR-19/RN possui em seu quadro de pessoal uma estrutura adequada para o gerenciamento de transferências e capacidade de fiscalização dos planos de trabalho conveniado. Atualmente cerca de 13 (treze) servidores com formações ligadas aos objetos dos convênios se alternam na fiscalização de 19 (dezenove) convênios em vigência na Superintendência.

4. CUMPRIMENTO DE SUAS RECOMENDAÇÕES NO ÂMBITO DA UNIDADE

Durante o exercício em apreço, a Auditoria Interna não realizou inspeção junto a SR-17/RN, porém foi realizado acompanhamento das providências a serem adotadas em face das ressalvas expedidas pela CGU relativas as contas de 2009.

5. CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Durante o exercício de 2010 o Tribunal de Contas da União expediu o Acórdão nº 1512/2010 - TCU - Plenário, sobre cujo instrumento apresenta as medidas adotadas para cumprimento das determinações e recomendações: item 9.4., Subitens 9.4.1, 9.4.2, 9.4.3, 9.4.5, 9.4.6, 9.4.7, 9.4.8, 9.4.9 (prazo de 30 dias), 9.4.10, 9.4.11 e 9.4.12, especialmente envolvendo a Superintendência Regional do Rio Grande do Norte – SR-19. O mesmo foi diligenciado pela Auditoria Interna à Superintendência para as providências decorrentes, sendo que as recomendações e determinações foram cumpridas pela Unidade Jurisdicionada.

145

6. CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

A Controladoria-Geral da União – CGU expediu para a SR-19/RN o Certificado de Auditoria REGULAR COM RESSALVAS relativo às contas do exercício de 2009, conforme constou do Certificado da Secretaria Federal de Controle. No caso específico as ressalvas recomendadas foram atendidas e respondidas tempestivamente.

7. APRESENTAÇÃO DO CRONOGRAMA DE LEVANTAMENTO RELATIVO À DOCUMENTAÇÃO CARTORÁRIA DE IMÓVEIS RURAIS ACIMA DE 10.000,0000 HECTARES – Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis (DN TCU Nº 107/2010, Item 23, Subitem I)

A Superintendência informa a inexistência de imóveis rurais acima de 10.000,000 ha. no Estado.

Brasília, 29 de março de 2011.

LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS
Auditor-Chefe do INCRA
CRC Nº 8870-DF